



RELATÓRIO ESPECIAL

A “Superterça” e sua importância nas eleições primárias presidenciais dos Estados Unidos

Madrid, março 2016

d+i desenvolvendo
ideias

LLORENTE & CUENCA

I. INTRODUÇÃO

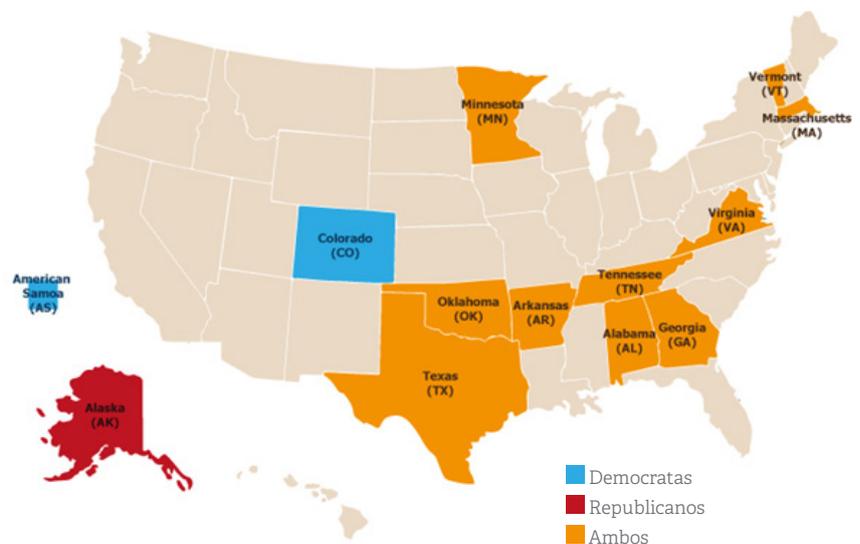
1. INTRODUÇÃO
2. POR QUE A SUPERTERÇA É IMPORTANTE?
3. RESULTADOS DAS PRIMÁRIAS DA SUPERTERÇA DE 2016
4. BREVE HISTÓRIA DA SUPERTERÇA
5. PRIMEIRO TESTE REAL DE ELEGIBILIDADE
6. COMO É QUE OS CANDIDATOS PRESIDENCIAIS SÃO SELECIONADOS NOS ESTADOS UNIDOS
7. AS QUATRO PRIMEIRAS PRIMÁRIAS
8. O QUE É QUE VEM A SEGUIR PARA AS PRIMÁRIAS REPUBLICANAS E DEMOCRATAS EM 2016?
9. CANDIDATOS NOVOS VERSUS CANDIDATOS DO ESTABLISHMENT
10. IMPLICAÇÕES PARA A AMÉRICA LATINA
11. IMPLICAÇÕES PARA ESPANHA E PORTUGAL

AUTORES

A Superterça, realizada a 1.º de março deste ano, é um dos momentos cruciais do processo eleitoral presidencial americano pela sua importância na determinação dos candidatos que por fim conseguirão delegados suficientes para se tornarem candidatos a presidente do seu partido (republicano ou democrata). A Superterça é basicamente a terça-feira em fevereiro ou março durante as eleições primárias presidenciais quando o maior número de estados vota no mesmo dia para atribuir delegados que nomearão o candidato do seu partido.

Os estados que realizam primárias na Superterça bem como o seu número exato tendem a variar de ano para ano. Em 2008, 25 estados fizeram suas primárias nesse dia. Este ano, tanto os republicanos como os democratas competiram em 11 estados: **Alabama, Alasca, Arcansas, Geórgia, Massachusetts, Minesota, Oklahoma, Tennessee, Texas, Vermont** e **Virgínia**. Além disso, os republicanos realizaram prévias no Colorado e em Wyoming, mas nenhum dos dois estados obteve os seus candidatos nesse dia. Os democratas também realizaram prévias no **Colorado** e no território da **Samoa Americana**. Depois de todos os debates internos no partido, reuniões abertas ao público em câmaras de vereadores, comícios e campanhas para arrecadar dinheiro, as primárias são o último obstáculo entre os candidatos e o voto para o presidente, e a Superterça é historicamente um dia decisivo para determinar o resultado ou a tendência das coisas.

Figura 1. Estados da Superterça em 2016



Fonte: Elaboração própria.

“Os vencedores nessas primárias ganham uma quantidade de delegados, abrindo caminho para acumular o número necessário para assegurar a nomeação do seu partido”

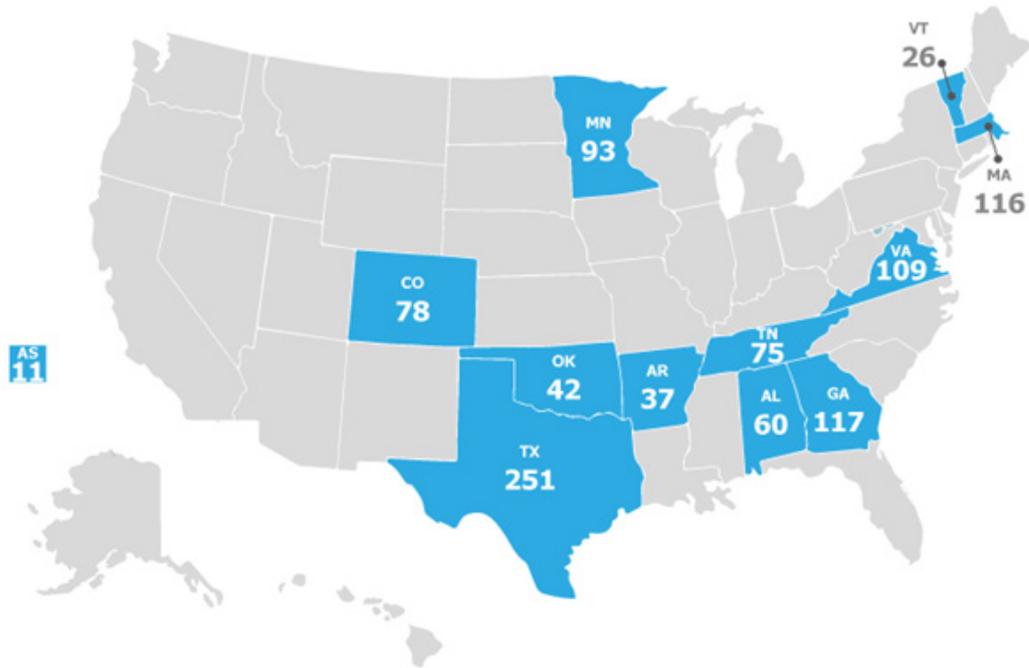
2. PORQUE É QUE A SUPERTERÇA É IMPORTANTE?

Na Superterça, o número de delegados comprometidos, ou seja, obrigados a votar num candidato determinado, é muito maior do que nas quatro primárias ou prévias (Iowa, Nova Hampshire, Carolina do Sul e Nevada). Apesar de não ter um número definido de estados participantes, é claramente o dia em que a maioria dos candidatos se compromete. Isto significa que a Superterça é uma oportunidade de conseguir uma nomeação ou ressurgir de um desempenho negativo nas quatro primeiras primárias. A maioria dos estados da Superterça atribui os seus delegados proporcionalmente, ou seja, destinam-se delegados a vários candidatos com base nos resultados. Os candidatos que não recebem o apoio necessário na Superterça muitas vezes retiram-se de vez da corrida, especialmente porque eles têm de obter uma certa percentagem - que pode chegar a 20 % nalguns estados - dos votos que serão dados a qualquer delegado. Quem ganha por largas mar-

gens tem uma enorme vantagem; 50 % dos votos na Superterça podem conseguir todos os delegados em jogo num estado, apesar da proporcionalidade da competição. É essencialmente o primeiro momento no processo de primárias do país que se estende por várias regiões no mesmo dia.

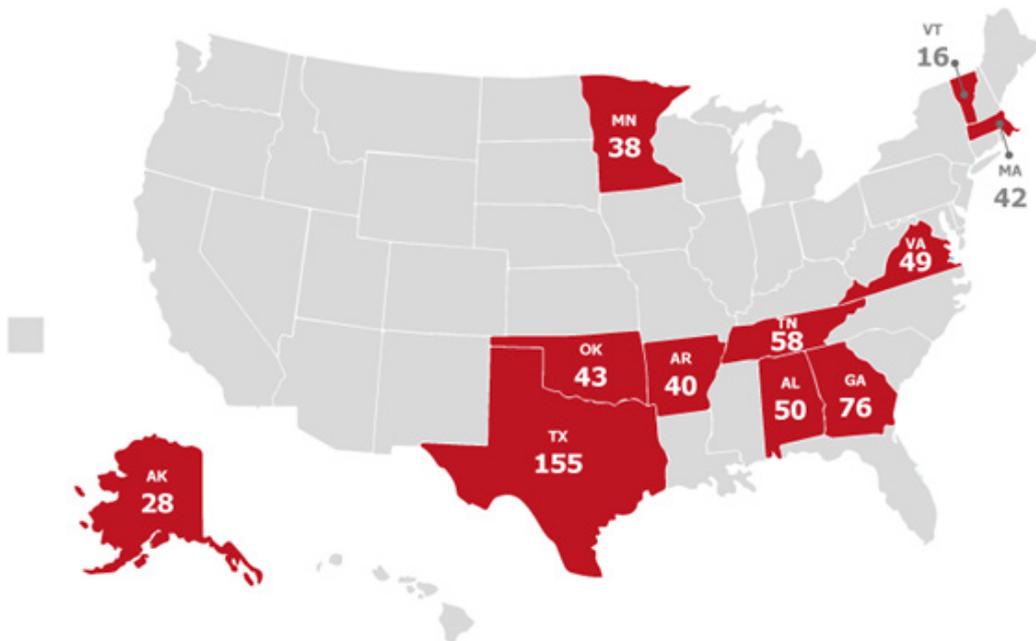
Os vencedores nessas primárias ganham uma quantidade de delegados, abrindo caminho para acumular o número necessário para assegurar a nomeação do seu partido. Dos 1 237 delegados necessários para ganhar a primária republicana, 595 (mais de 48 %) foram destinados nesta Superterça. No lado dos democratas, decidiram-se 865 dos 2 383 delegados (mais de 36 %) necessários para ganhar a nomeação, e há mais 150 delegados não comprometidos, também conhecidos como superdelegados, disponíveis nos estados da Superterça num total de 1 015 delegados democratas. Em nenhum outro dia no ciclo eleitoral das primárias esses números são ultrapassados para qualquer dos dois partidos.

Figura 2. Delegados democratas na Superterça (1 015/2 383 necessários)



Fonte: Elaboração própria.

Figura 3. Delegados republicanos na Superterça (595/1 237 necessários)



Fonte: Elaboração própria.

Figura 4. Resultados dos democratas na Superterça* (número de delegados)

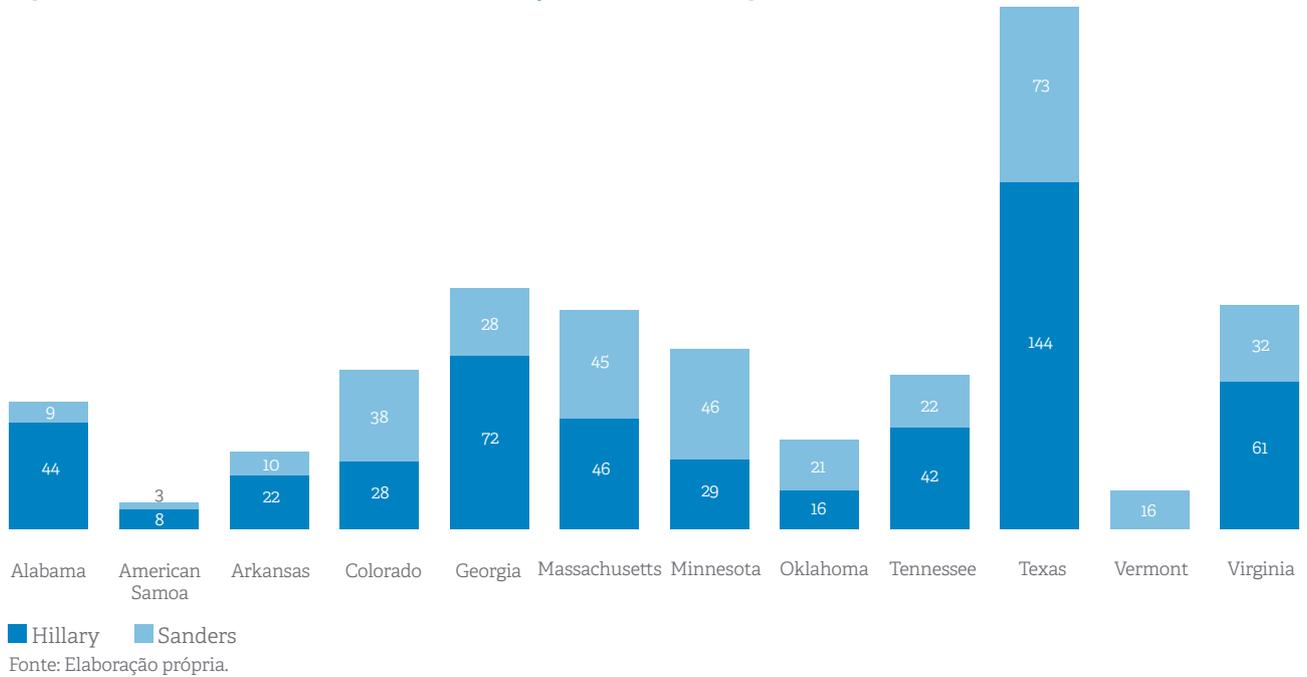
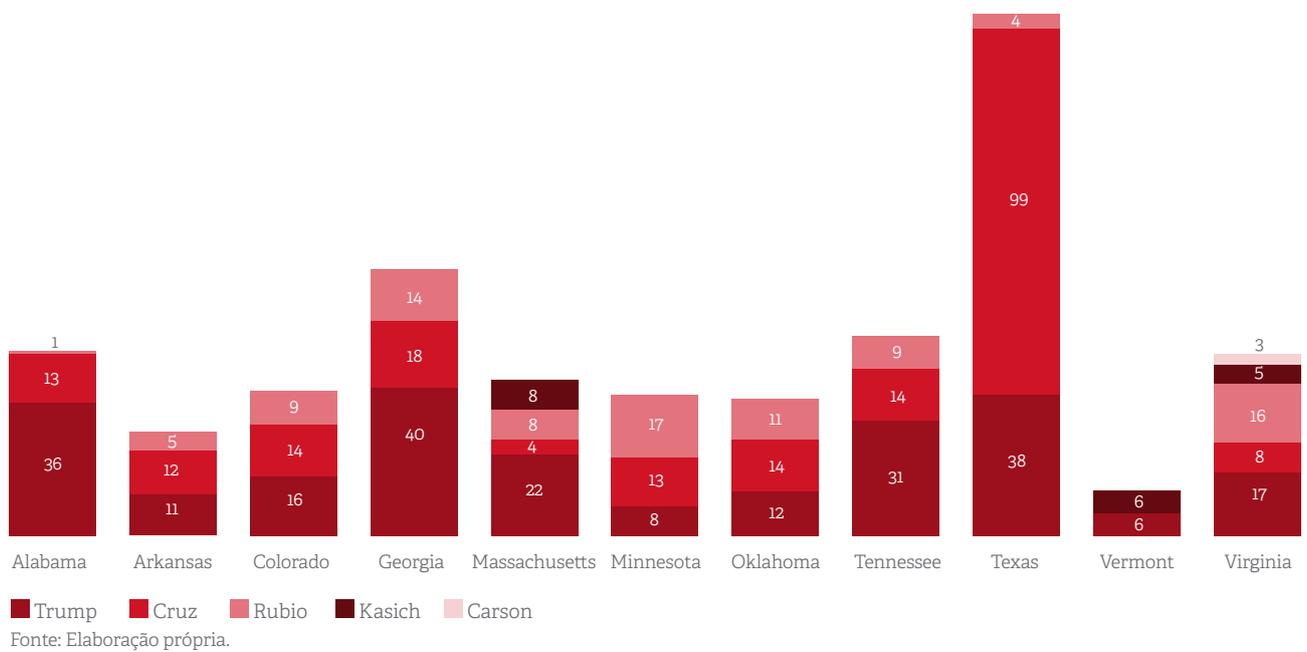


Figura 5. Resultados dos republicanos na Superterça (número de delegados)



* Note que, embora se tenham contado os 150 superdelegados democratas no número total de delegados na fig. 2, eles não aparecem na fig. 4 por não estarem comprometidos.

“O lado republicano viu o empresário e magnata imobiliário Donald Trump ganhar em sete de onze estados”

3. RESULTADOS DAS PRIMÁRIAS DA SUPERTERÇA DE 2016

Nos resultados deste ano, a candidata democrata e ex-secretária de Estado, Hillary Clinton, ganhou a maioria dos estados disponíveis do senador por Vermont, Bernie Sanders. Hillary era a favorita em estados grandes como o Texas, Virgínia e Geórgia, que destinaram um número grande de delegados. Ela também ganhou por uma pequena margem em Massachusetts, e por boas margens no Tennessee e na Virgínia. Sanders conseguiu ganhar seu estado natal de Vermont e os estados do Colorado, Minnesota e Oklahoma. Ao ganhar por margens de dois dígitos na maioria dos estados, Hillary Clinton conseguiu uma boa liderança na contagem de delegados. Atualmente, tem 1 052 delegados, à frente de Sanders com vantagem, o qual só conseguiu 427 delegados. A maior parte desta discrepância encontra-se nos superdelegados, a maioria dos quais já disse apoiar Hillary.

O lado republicano viu o empresário e magnata imobiliário Donald Trump ganhar em sete de onze estados, com o senador Ted Cruz vitorioso no seu estado natal do Texas e também no Alasca e em Oklahoma. O senador pela Florida, Marco Rubio, obteve a primeira vitória do ano, conseguindo o estado de Minnesota. Os resultados ajudaram a solidificar Trump como o favorito da nomeação republicana.

Apesar de Trump ter uma liderança significativa em delegados, os seus dois adversários principais prometeram continuar na corrida, com a esperança de ganhar a nomeação ou de pelo menos afastar suficientes delegados de Trump para forçar uma convenção contestada caso ele não atinja o número necessário de 1 237 delegados até 7 de junho, quando se realizará a primária republicana final. Além disso, com a primária do estado natal de Rubio (a Florida) em 15 de março, juntamente com outros estados importantes como Ohio e Ilínois, que oferecem números grandes de delegados, é ainda possível alcançar a contagem de delegados de Trump, particularmente por se tratarem de estados em que o vencedor leva tudo no tocante à atribuição de delegados.

A atual contagem “projetada” de delegados coloca Trump em primeiro lugar com 319 delegados, Cruz em segundo com 226 delegados e Rubio em terceiro com 110 delegados. Os outros dois candidatos, o governador de Ohio John Kasich e o Dr. Ben Carson, obtiveram votos suficientes para ganhar vários delegados na Superterça, o que os deixou com 25 delegados e 8 delegados, respetivamente. Após estes resultados, Carson declarou não via uma trajetória política no futuro e, de facto, já saiu da corrida eleitoral.

¹ Número projetados de delegados extraídos da Associated Press em 3 de março de 2016.

Figura 6. Resultados/delegados ganhos por Estado

ESTADO	RESULTADOS DEMOCRATAS/ DELEGADOS GANHOS			RESULTADOS REPUBLICANOS/ DELEGADOS GANHOS		
	Candidato	%	Delegados	Candidato	%	Delegados
ALABAMA	Clinton	77,8 %	44	Trump	43,4 %	36
	Sanders	77,8 %	44	Cruz	21,1 %	13
				Rubio	18,7	1
				Carson	10,2 %	0
				Kasich	4,4 %	0
SAMOA AMERICANA ²	Clinton	4,6	3,4	N/A		
	Sanders	73 %	1,9			
ALASKA				Cruz	36,4 %	12
				Trump	33,5 %	11
				Rubio	15,1 %	5
				Carson	10,9 %	0
				Kasich	4,1 %	0
ARKANSAS	Clinton	66,3 %	22	Trump	32,8 %	16
	Sanders	29,7 %	10	Cruz	30,5 %	14
				Rubio	24,9 %	9
				Carson	5,7 %	0
				Kasich	3,7 %	0
COLORADO	Sanders	59 %	38	N/A		
	Clinton	40,3 %	28			
GEÓRGIA	Clinton	71,3 %	72	Trump	38,8 %	40
	Sanders	28,2 %	28	Rubio	24,4 %	14
				Cruz	23,6 %	18
				Carson	6,2 %	0
				Kasich	5,6 %	0
MASSACHUSETTS	Clinton	50,1 %	46	Trump	49,3 %	22
	Sanders	48,7 %	45	Kasich	18 %	8
				Rubio	17,9 %	8
				Cruz	9,6 %	4
				Carson	2,6 %	0

² Resultados projetados para a Samoa Americana extraídos da ABC News a 3 de março de 2016.

MINNESOTA	Sanders	61,6 %	46	Rubio	36,5 %	17
	Clinton	38,4 %	29	Cruz	29 %	13
				Trump	21,3 %	8
				Carson	7,3 %	0
				Kasich	5,8 %	0
OKLAHOMA	Sanders	51,9 %	21	Cruz	34,4 %	14
	Clinton	41,5 %	16	Trump	28,3 %	12
				Rubio	26 %	11
				Carson	6,2 %	0
				Kasich	3,6 %	0
TENNESSEE	Clinton	66,1 %	42	Trump	38,9 %	31
	Sanders	32,4 %	22	Cruz	24,7 %	14
				Rubio	21,2 %	9
				Carson	7,6 %	0
				Kasich	5,3 %	0
TEXAS	Clinton	65,2 %	144	Cruz	43,8 %	99
	Sanders	33,2 %	73	Trump	26,7 %	38
				Rubio	17,7 %	4
				Kasich	4,2 %	0
				Carson	4,2 %	0
VERMONT	Sanders	86,1 %	16	Trump	32,7 %	6
	Clinton	13,6 %	0	Kasich	30,4 %	6
				Rubio	19,3 %	0
				Cruz	9,7 %	0
				Carson	4,2 %	0
VIRGÍNIA	Clinton	64,3 %	61	Trump	34,7 %	17
	Sanders	35,2 %	32	Rubio	31,9 %	16
				Cruz	16,9 %	8
				Kasich	9,4 %	5
				Carson	5,9 %	3

Fonte: Elaboração própria.

“Nos Estados Unidos, selecionar um candidato presidencial é um processo demorado, que começa bem antes da Superterça”

4. BREVE HISTÓRIA DA SUPERTERÇA

Dada sua importância, é estranho pensar que a Superterça é uma tradição relativamente recente. O termo foi usado pela primeira vez durante as eleições primárias de 1976, mas só em 1988, quando os democratas sulistas tentaram aumentar a influência da sua região e contestar a importância das primárias no início do ano, é que o termo assumiu o seu atual significado. Realizaram-se 21 primárias numa terça-feira, 8 de março de 1988, número nunca visto, tentando (e por último não conseguindo) nomear um candidato mais moderado, o que originou a Superterça.

Cada governo estadual é livre para escolher qualquer data que quiser para as primárias ou prévias do estado contanto que respeite as leis estaduais e não interfira na tradição das quatro primeiras primárias. Assim, todos os anos aparece uma configuração diferente de estados na Superterça, de acordo com o que os governos estaduais em questão conseguirem estar de acordo. É particularmente vantajoso para estados menores com menos delegados coordenar as respectivas primárias, uma vez que os candidatos se dirigirão a estados maiores com mais delegados se forem forçados a escolher.

5. PRIMEIRO TESTE REAL DE ELEGIBILIDADE

A Superterça ultrapassa as implicações daquilo que os democratas sulistas tentaram fazer em 1988, que é indubitavelmente o motivo pelo qual ela fez parte de todas as eleições primárias subsequentes. Antes de se estabelecer a Superterça, as primárias eram realizadas espaçadamente ao longo de todo o ano da corrida presidencial, dando aos candidatos tempo para conhecer os eleitores em cada estado - e assim lhes dizer o que queriam ouvir a fim de ganhar cada uma das primárias. Realizar tantas primárias no mesmo dia torna essa prática, chamada “política retalhista”, praticamente impossível. A Superterça de fato força os candidatos a nacionalizar as mensagens, não só reduzindo a política retalhista, como também tornando-a o primeiro teste real de elegibilidade nacional a que se sujeitam os candidatos presidenciais americanos. Por isso não é de surpreender que grandes vitórias na Superterça com frequência prevejam nomeações.

6. COMO É QUE OS CANDIDATOS PRESIDENCIAIS SÃO SELECIONADOS NOS ESTADOS UNIDOS

Nos Estados Unidos, selecionar um candidato presidencial é um processo demorado, que começa bem antes da Superterça e das

“Nas primárias e prévias, os eleitores votam para designar delegados”

primárias oficiais. Candidatos de cada partido político fazem campanha em todo o país para ganhar o favor do seu partido e receber doações de cidadãos, organizações e empresas. Nesse período, os candidatos mais cotados de cada partido participam em debates presidenciais, dão inúmeras entrevistas à imprensa e realizam muitas outras atividades para espalhar a sua mensagem e as suas ideias e tornarem-se conhecidos.

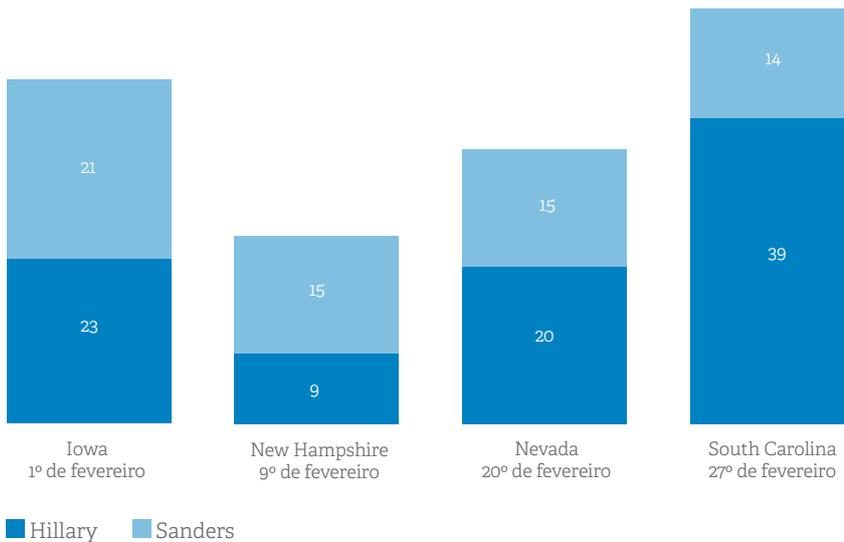
Isso é seguido pelas primárias e prévias, nas quais os cidadãos votam no seu candidato preferido. As primárias e prévias realizam-se durante vários meses, geralmente durante os seis primeiros meses do ano em que se elegerá o presidente, e podem ser abertas, ou seja, qualquer cidadão de qualquer partido pode votar em qualquer candidato, ou fechadas, ou seja, apenas os membros registados de cada partido podem votar nos candidatos desse partido. O processo de votação também difere, com as primárias sendo administradas pelos estados, enquanto as prévias são normalmente organizadas pelos partidos políticos do estado. A decisão de se ter uma primária ou prévia é tomada a nível estadual.

Nas primárias e prévias, os eleitores votam para designar delegados. Cada estado tem um certo número de delegados, consoante o que o Comité Nacional do partido decidir, a maioria dos quais estão “comprometidos”, ou seja, são obrigados a votar de acordo com os votantes no seu estado na

Convenção Nacional do partido, mas alguns são “descomprometidos”, ou seja, os resultados da primária estadual não afetam seus votos. Em muitos estados, os delegados estão comprometidos proporcionalmente, ou seja, o candidato que receber 60 % dos votos receberá 60 % dos delegados comprometidos na Convenção Nacional. Nalguns estados, designam-se delegados com base no esquema “o vencedor leva tudo”, portanto o candidato que recebe a maioria dos votos receberia 100 % dos delegados comprometidos desse estado. Os candidatos precisam de um certo número de delegados (1 237 para os republicanos e 2 383 para os democratas) para ganhar a nomeação na Convenção Nacional.

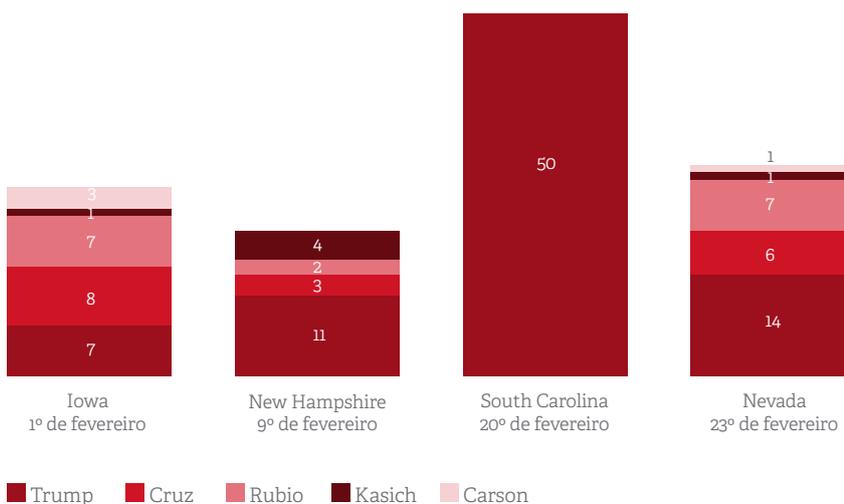
Vota-se durante um longo período, aproximadamente seis meses, porque isso põe todos os candidatos em pé de igualdade. Se todos os 50 estados realizassem as suas primárias e prévias no mesmo dia, isso daria uma vantagem demasiado boa aos candidatos com maiores recursos financeiros. As campanhas seriam feitas principalmente por meio de guerras publicitárias na internet e televisivas, com uma interação mais limitada entre os candidatos e os votantes. Naturalmente, há certa controvérsia em redor deste processo; a natureza vacilante das primárias significa que os estados que realizam as suas primárias no início do ano exercem muita influência no processo, enquanto os últimos estados a fazer o mesmo com frequência entram numa competição já decidida.

Figura 7. Resultados dos democratas nas quatro primeiras primárias (número de delegados)



Fonte: Elaboração própria.

Figura 8. Resultados dos republicanos das quatro primeiras primárias (número de delegados)



Fonte: Elaboração própria.

7. AS QUATRO PRIMEIRAS PRIMÁRIAS

As quatro primeiras primárias, que envolvem Iowa, Nova Hampshire, Carolina do Sul e Nevada, assinalam o início de primárias e prévias. Apesar de não comprometerem muitos candidatos como sucede noutros estados, mesmo assim são importantes. Servem para dar o tom ao resto da temporada política, com candidatos que se saem bem no início e ganham ímpeto e avançam para garantir a nomeação.

Por exemplo, nenhum candidato de qualquer dos partidos perdeu a nomeação depois de ganhar tanto em Iowa quanto em Nova Hampshire desde o ocorrido com o senador democrata, Ed Muskie, em 1972. Da mesma forma, nenhum candidato ganhou a nomeação sem ganhar ou Iowa ou Nova Hampshire desde o ocorrido com o governador democrata (e ex-presidente) Bill Clinton em 1992, o que demonstra o peso simbólico que as primárias têm no início do ano.

Também existem vantagens palpáveis. A comunicação social cobre mais de perto quem ganha as quatro primeiras primárias, dando-lhes mais visibilidade no resto da nação. Tal visibilidade pode levar a mais doações além da evidente vantagem da exposição. Vitórias geram vitórias, que geram delegados, e isso começa nas quatro primeiras primárias. O que é igualmente importante: montam o cenário político à medida que as campanhas se voltam para os votos importantíssimos da Superterça.

“Os resultados da Superterça deste ano de facto confirmaram a direção das corridas para as nomeações de candidatos a presidente”

8. O QUE É QUE VEM A SEGUIR PARA AS PRIMÁRIAS REPUBLICANAS E DEMOCRATAS EM 2016?

Os resultados da Superterça deste ano de facto confirmaram a direção das corridas para as nomeações de candidatos a presidente. No entanto, a realidade de cada um dos partidos é completamente diferente.

OS DEMOCRATAS

O vencedor absoluto que surgiu dos votos do 1 de março foi Hillary Clinton. As suas vitórias esmagadoras em estados como a Geórgia e o Texas (ganhou de mais de 40 % na Geórgia) essencialmente cimentaram a sua nomeação presidencial. Embora ainda não tenha ganho a corrida em termos matemáticos, a sua clara liderança em número de delegados deixa o caminho aberto para a nomeação presidencial. As sondagens também indicam que ela está bem na frente do seu único adversário político nos demais estados. A maioria das pessoas que influenciam o andamento do partido e que lhe fazem doações está disposta a apoiá-la na vitória da Convenção Democrata de julho em Filadélfia.

Quaisquer questões de um potencial desafio por parte de Sanders, que ganhou visibilidade depois dos seus bons resultados em Iowa e Nova Hampshire, começaram a dissipar-se na Carolina do Sul e em Nevada e durante os votos da Superterça. Como se previa,

Hillary Clinton conseguiu mais apoio em estados maiores com populações etnicamente diversas, especialmente entre hispânicos e afro-americanos. Além disso, à medida que a corrida abrangia um maior número de estados que votavam ao mesmo tempo, o reconhecimento do nome Clinton, a organização da campanha no local e a enorme capacidade de arrecadamento deram-lhe vantagem. Quando os candidatos não podem apresentar-se por um período significativo em determinado estado, os votantes têm mais probabilidade de basear as suas opiniões no que veem e ouvem na televisão, na rádio e noutras fontes de notícias, no que significa o nome para eles e no que ouvem de equipas de campanha política local.

A pesar da campanha de Hillary Clinton estar a celebrar os resultados, não estão demasiado radiantes porque, embora Sanders esteja bem atrás na contagem de delegados, ele chegou a ganhar-lhe em cinco estados (quatro na Superterça) e expôs um determinado número de pontos fracos que o concorrente republicano usará a seu favor. Sanders, que também não era conhecido nacionalmente antes das primárias, ainda assim conseguiu que o público que compareceu aos seus comícios se entusiasmasse com as suas ideias. Igualmente importante, mesmo nos estados em que perdeu, ele ganhou facilmente os votos das pessoas com menos de 40 anos, um grupo que vê Hillary como candidata do establishment

“Caracterizada pelo alto comparecimento às urnas, norma para as primárias deste ano, a Superterça estabeleceu também Trump como o candidato republicano a ser vencido”

não alinhada com suas visões mais progressistas e tendentes à esquerda. Este grupo não só provavelmente não confiará o seu voto ao partido republicano, como também é pouco provável que a apoie maciçamente nas eleições gerais. O baixo comparecimento dos democratas às urnas em todo o processo das primárias é um dos grandes desafios que o partido precisa vencer neste outono durante as eleições gerais.

Muitos dos simpatizantes de Hillary apoiaram-na por julgarem as posições de Sanders muito de esquerda para o eleitorado geral e acharem que ele teria poucas probabilidades de ganhar a corrida presencial. Ela também se aproveitou do status quo do partido, que não respaldou nenhum candidato que pudesse desafiá-la a nível nacional. Tal cenário lembrou a muitos o período inicial da sua malsucedida candidatura a presidente em 2008, mas embora o eleitorado em ambos os partidos atualmente tenha afeição por alternativas a políticos que estão há muito tempo no poder, a campanha de 2016 do senador Sanders, já com dois mandatos, não foi tão eficaz quanto a investida política do então senador (atual presidente) Barack Obama, que fez fracassar a primeira tentativa de Hillary de entrar na Casa Branca como presidente.

Posto isso, Hillary Clinton sairá da Superterça não apenas como a única provável vencedora da nomeação do Partido Democra-

ta, como também o candidato mais bem posicionado para começar a preparar-se para as eleições nacionais. Enquanto a campanha de Sanders permaneceu em pé com vitórias em quatro estados da Superterça, a liderança confortável de Hillary em número de delegados permitiu-lhe economizar recursos importantes durante o resto da primária, que pode dedicar a combater o nomeado republicano nas eleições nacionais este outono. O Partido Democrata passará a concentrar-se em consolidar uma candidatura unificada, algo que o Partido Republicano está longe de alcançar.

OS REPUBLICANOS

Caracterizada pelo alto comparecimento às urnas, norma para as primárias deste ano, a Superterça estabeleceu também Trump como o candidato republicano a ser vencido. Em anos anteriores, as suas vitórias em tantos estados teriam essencialmente sinalizado o fim da corrida das primárias e a presente análise estaria esperando ansiosamente por um duelo Hillary-Trump para a presidência. Contudo, Trump não alcançou 50 % dos votos em nenhum dos estados que ganhou, e uma vez que o Comitê Nacional Republicano decidiu em 2014 que todos os estados que realizarem as nomeações antes de 15 de março devem atribuir os delegados aos candidatos proporcionalmente, a sua liderança no número de delegados não é suficientemente decisiva para conseguir a nomeação. Na maioria dos esta-

“As próximas primárias importantes que decidirão que direção a corrida tomará são Florida, Ohio e Ilinóis ”

dos, os delegados foram atribuídos com base nos votos totais do estado, em quem ganha em cada distrito congressional e se um candidato atinge uma porcentagem mínima para poder ter delegados. Isto fez com que Cruz e Rubio não esmorecessem, uma vez que ambos receberam votos suficientes para tirar alguns delegados a Trump. Mesmo Kasich e Carson conseguiram ganhar alguns candidatos.

Entretanto, as próximas primárias importantes que decidirão que direção a corrida tomará são Florida, Ohio e Ilinóis, realizadas em 15 de março. O grande número de delegados nesses estados é inteiramente atribuído ao vencedor, independentemente das margens de vitória. Para Rubio permanecer na corrida, ele precisa de uma vitória no seu estado natal, algo indispensável caso o senador pela Florida queira vencer Trump. Rubio ganhou visibilidade na Virgínia na Superterça, chegando em segundo lugar com apenas três pontos atrás de Trump, fechando uma diferença de 20 pontos em aproximadamente duas semanas. Atualmente está atrás nas pesquisas na Florida e deve voltar com mais força ainda do que na Virgínia para ganhar o estado. Uma vitória de Trump lá poderá garantir a sua nomeação, mas a vitória de Rubio ou Cruz noutros estados poderá abrir a corrida. Kasich, segundo em Massachusetts e Vermont, também exprimiu a intenção de ter uma forte presença para ganhar o estado de Ohio. Isso

poderia levar a uma convenção republicana encarniçada, ou seja, significaria que nenhum candidato teria garantido os 1 237 delegados necessários para a nomeação liberando delegados para votar como lhes aprouver.

9. CANDIDATOS NOVOS VERSUS CANDIDATOS DO ESTABLISHMENT

Além dos candidatos em si em cada lado do campo, o processo das primárias deste ano também trouxe em grande medida a oposição entre candidatos novos e candidatos do establishment. No lado democrata, Sanders pôde competir com Hillary durante as primárias iniciais por causa das suas mensagens contra Wall Street e das políticas económicas que propôs, que atraíram os mais jovens ao partido. Mesmo assim, como senador com dois mandatos e não sendo exatamente um novato na área, a sua campanha não teve força suficiente para conseguir uma nomeação do partido.

No lado republicano, um fenómeno em andamento, anteriormente chamado por muitos de “amor de verão” durante o verão de 2015, resultou num candidato com boas perspectivas que sempre se manteve alheio à política. Trump, o bilionário de Manhattan que conseguiu reinventar-se em mais de uma ocasião, tomou por assalto as primárias republicanas durante o seu ano como candidato a presidente. Apesar de muitos estrategistas e membros do establishment dizerem estar confusos e não compreenderem tal fenómeno, outros repararam

que vários fatores levaram a isso. Embora se possa reconhecer o culto à personalidade de Trump, foi a inatividade congressista do Partido Republicano que produziu o sucesso e desempenho ininterruptos que teve. Com taxas de desemprego ainda consideradas altas no país e o subemprego a tornar-se norma para os empregados, o lema de Trump de fazer a América novamente grandiosa ressoava, apesar de não se acompanhar por um plano de governo detalhado exibido no próprio site que explicita como fará isso.

Descontentamento económico, imigração ilegal não resolvida e problemas com segurança na fronteira, aliados ao terrorismo em crescimento global, sem falar de San Bernardino, o massacre

perpetrado na Califórnia no meio das primárias, deram a Trump uma oportunidade para saciar a sede que o eleitorado do partido tem de um candidato que não pode ser vinculado ao establishment, ou melhor ainda, cujo próximo salário não depende da política. Ao mesmo tempo, enquanto a candidatura de Trump tem trazido eleitores às urnas das primárias republicanas em números inauditos, parece haver um bom número de votantes dentro do partido que se comprometeram a não apoiá-lo nas eleições gerais se ele for nomeado.

A sua nomeação também poderia unir os democratas, que até agora não conseguiram números significativos nas urnas durante as primárias. Tal como em todas as eleições, o comparecimento dos eleitores às urnas será o segredo para o candidato vencedor. Se o Partido Republicano não encontrar uma forma de se unir este outono caso Trump seja nomeado, terá de conseguir votos de um eleitorado politicamente mais diversificado, algo que conseguiu fazer nas primárias, mas que pode ser uma tarefa difícil de realizar em números muito mais altos durante eleições gerais. Outros candidatos têm o potencial de unificar o Partido Republicano nas eleições gerais, mas o alarme para pôr fim à candidatura de Trump está a soar mais alto para o establishment do que o ocorrido depois dos resultados da Superterça.

Figura 9. Estados remanescentes que organizarão primárias e número de delegados

DATA	ESTADOS REMANESCENTES QUE ORGANIZARÃO PRIMÁRIAS	Nº DE DELEGADOS*
5 de março	Kansas (fechado)	33 D/ 40 R
	Kentucky (R - fechado)	46 R
	Luisiana (fechado)	51 D/ 46 R
	Maine (R - fechado)	23 R
	Nebraska (D - fechado)	25 D
6 de março	Maine (D - fechado)	25 D
8 de março	Havaí (R - fechado)	19 R
	Idaho (R - fechado)	32 R
	Michigan (aberto)	130 D/ 59 R
	Mississippi (aberto)	36 D/ 40 R
12 de março	Distrito de Colúmbia (R - fechado)	19 R

*Descontando superdelegados

15 de março	Florida (fechado)	214 D/ 99 R
	Illinóis (aberto)	156 D/ 69 R
	Missouri (aberto)	71 D/ 52 R
	Carolina do Norte (misturado)	107 D/ 72 R
	Ohio (misturado)	143 D/ 66 R
22 de março	Arizona (fechado)	75 D/ 58 R
	Idaho (D - fechado)	23 D
	Utah (fechado)	33 D/ 40 R
26 de março	Alaska (D - fechado)	16 D
	Hawaii (D - fechado)	25 D
	Washington (D - fechado)	101 D
5 de abril	Wisconsin (aberto)	86 D/ 42 R
9 de abril	Wyoming (D - fechado)	14 D
19 de abril	Nova Iorque (fechado)	247 D/ 95 R
26 de abril	Connecticut (fechado)	55 D/ 28 R
	Delaware (fechado)	21 D/ 16 R
	Maryland (fechado)	95 D/ 38 R
	Pensilvânia (fechado)	189 D/ 71 R
	Rhode Island (misturado)	24 D/ 19 R
3 de maio	Indiana (aberto)	83 D/ 57 R
10 de maio	Nebraska (R - fechado)	36 R
	Virgínia Ocidental (misturado)	29 D/ 34 R
17 de maio	Kentucky (D - fechado)	55 D
	Oregon (fechado)	61 D/ 28 R
24 de maio	Washington (R - fechado)	44 R
7 de junho	Califórnia (misturado)	475 D/172 R
	Montana (aberto)	21 D/ 27 R
	Nova Jersey (fechado)	126 D/ 51 R
	Novo México (fechado)	34 D/ 24 R
	Dakota do Norte (D - fechado)	18 D
	Dakota do Sul (fechado)	20 D/ 29 R
14 de junho	Distrito de Colúmbia (D - fechado)	20 D
TOTAL		3.286 D/1.777 R

Fonte: Elaboração própria.

10. IMPLICAÇÕES PARA A AMÉRICA LATINA

ARGENTINA

Por Santiago Rossi, diretor de Assuntos Públicos na LLORENTE & CUENCA Argentina e Lautaro Mazzeo, gerente de contas na LLORENTE & CUENCA Argentina

Ao longo dos últimos 30 anos, as tendências da opinião pública na Argentina relativamente à política exterior foram sempre um reflexo da sua política económica.

O vínculo que une o nosso país com os EUA passou, sem níveis intermédios, do "amor incondicional à frialdade mais absoluta". A rutura e o corte de relações que se verificou durante os mandatos dos ex-presidentes Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner foram, sem dúvida, as mais abruptas da região.

Na década de 1990, a Argentina estava completamente alinhada com os desígnios do norte. A subordinação era política – um funcionário chegou mesmo a afirmar que o país não queria manter relações "platónicas" mas sim "carnais" com os EUA – e económica – o país adotou todos os postulados do Consenso de Washington, salvo o que promovia uma taxa de câmbio livre -.

Durante o século XXI, a atitude da Argentina foi exatamente a oposta, com dois marcos fun-

“Mauricio Macri deu o pontapé inicial como sinal de aproximação”

damentais: a rejeição em 2005 do Tratado de Livre Comércio na América apoiado pelos EUA, e o congelamento das relações com aquele país, promovido por Cristina Kirchner a partir do momento em que a administração de Barack Obama desistiu de intervir a favor da Argentina no seu litígio contra os “holdouts”.

Esta descrição poderia levar-nos a afirmar que os vínculos estiveram estreitamente relacionados com o posicionamento político dos mandatários argentinos. No entanto, as sondagens de opinião revelam que a sociedade apoiava estas posições: enquanto nos anos 90 primava a ideia de que deveria estreitar-se o vínculo com os EUA, na última década predominou a intenção de consolidar as relações com a América Latina e com os seus governos de corte progressista. Cabe destacar as variações na opinião pública do nosso país, com respostas mais de curto prazo em matéria de aceitação e de valoração do governo.

Qual é a situação atual entre ambos os países? Mauricio Macri deu o pontapé inicial como sinal de aproximação: no seu primeiro discurso após saber que iria assumir a presidência da nação, adiantou que aplicaria a cláusula democrática à Venezuela no Mercosur pela sua perseguição aos dirigentes opositores. O passo prévio foi a sua presença no Foro Económico Mundial de Davos, onde deixou clara a mudança de rumo em

matéria de relações bilaterais, com uma agenda repleta de encontros com CEOs de multinacionais norte-americanas.

Esta mudança de atitude foi recebida no norte, onde a chanceler Susana Malcorra demonstrou a sua expertise na gestão de uma visita do presidente norte-americano ao país. O encontro terá lugar na última semana de março, e porá fim a mais de uma década sem a visita de um primeiro mandatário daquele país.

Esta visita tem especial importância porque Obama viajará à América do Sul exclusivamente para visitar a Argentina, e não como uma escala de uma visita à região. Isto permitirá a Macri demonstrar que a sua proposta de “recuperar as relações com o mundo” – que, segundo afirma, se romperam com o kirchnerismo - cobra forma paulatinamente.

Os analistas coincidem igualmente em destacar o valor simbólico da viagem. Depois da queda do “chavismo” nas eleições legislativas da Venezuela, e a tentativa frustrada de reeleição de Evo Morales, a região está a experimentar uma viragem na direção do centro/centro-direita, depois de uma década de vários governos populistas. Por isso, no seu último ano na presidência, Obama “consagrará” como líder da região a Macri que será, junto com o colombiano Santos, um referente para os EUA no sul do continente.

“Neste contexto de degelo das relações entre os dois países, o “Super Tuesday” é acompanhado de perto pelas autoridades argentinas”

Neste contexto de degelo das relações entre os dois países, o “Super Tuesday” é acompanhado de perto pelas autoridades argentinas, pendentes de que o sucessor Obama continue a estabelecer novas pontes com o país.

A conclusão mais óbvia da jornada eleitoral é que Hillary Clinton e Donald Trump se preparam para se enfrentarem cara a cara na luta pela presidência do país, no mês de novembro.

A possibilidade de que finalmente Hillary Clinton seja escolhida como candidata democrata traz alguma tranquilidade aos funcionários argentinos, que vêm com desconfiança a postura “anti-sistema” de Sanders. O senador teria sido visto com simpatia pela administração kirchnerista, pelas suas críticas ao sistema financeiro. Mas os ventos sopram agora noutra direção na Argentina, e desde a Casa de Governo não imaginam sequer como seria o relacionamento com um político com estas características.

Hillary Clinton visitou de surpresa a Argentina em 2010. Não tinha incluído o país na sua viagem como Secretária de Estado pelo Cone Sul, mas um terremoto no Chile obrigou-a a reprogramar a sua viagem. Sorriente, sujeitou-se às sessões de fotografias habituais com a presidente do país, e elogiou a baixa percentagem da dívida

argentina (medida em função do PBI). Mas a afinidade durou pouco: alguns anos depois, Hillary Clinton afirmou que a Argentina teria mais êxito “sem a pesada mão do governo controlando a economia”, mensagem que não foi bem recebida pela administração kirchnerista.

A esposa do ex-presidente aparece no panorama da atual administração como a opção que gera maior previsibilidade. A sua chegada ao poder, segundo se especula nos gabinetes oficiais, deveria representar uma continuidade nas relações que o flamante governo pretende retomar.

Do outro lado, Donald Trump parece estar a caminho de se converter no candidato republicano, apesar das tentativas do “establishment” do partido para travar a sua nomeação.

Deixando de lado as suas excentricidades, o magnate apresenta algumas semelhanças com Macri. Não só conta com antecedentes como empresário com fortuna: ambos são outsiders da política, e sobreviventes a várias crises. Macri irrompe na política a seguir ao estalido político e social de 2001, que arrasou o tradicional sistema de partidos da Argentina. Algo similar ocorre com Trump, que desembarcou na política a seguir à crise económica iniciada em 2008, e cujos graves efeitos políticos e sociais ainda não estão totalmente claros.

“O seu vínculo com a Argentina tem um intermediário: o Uruguai”

Conhecido pelas suas opiniões sobre a emigração latina nos EUA, a relação de Trump com a região é exclusivamente comercial. O seu vínculo com a Argentina tem um intermediário: o Uruguai. O magnate tem alguns empreendimentos imobiliários no país vizinho. À frente dos seus projetos aparece habitualmente o seu filho Eric, que numa das suas últimas visitas ao Uruguai comparou o seu pai com Macri. “São muito parecidos, no sentido de que são empresários de êxito”, afirmou.

Existem outros dois temas relacionados com as eleições primárias norte-americanas: o pagamento aos credores da dívida argentina, que não entraram nas negociações de 2005 e de 2010, e o Papa Francisco. Que relação têm estes temas com as eleições norte-americanas? No dia 27 de fevereiro, o Papa Francisco recebeu o presidente Mauricio Macri com um protocolo que gerou algum debate, e interpretações políticas de diversa índole. O encontro durou apenas 22 minutos – em alguma das várias reuniões que mantiveram, o Papa chegou a passar duas horas e meia com Cristina Kirchner –, e a encenação do ato público, que pouco teve que ver com o que comentaram as fontes depois de terminar o encontro.

Longe de ter relação com a política doméstica, este gesto poderia estar vinculado à política norte-americana. O legislador na Cidade de Buenos Aires (amigo do Papa), Gustavo Vera, deu a entender que o Papa Francisco estaria descontente com Macri porque o presidente decidiu chegar a um acordo com os “holdouts”.

O principal litigante contra a Argentina é Paul Singer, responsável financeiro do Partido Republicano. Nas eleições internas, Singer aposta por Marco Rubio, atualmente relegado para o terceiro lugar. No caso de chegarem a cobrar em dinheiro a dívida da Argentina, esses fundos poderiam ter como destino a campanha do senador pela Florida.

Segundo Vera, o motivo do descontentamento do Papa é que a Argentina contribuiria então com fundos para a campanha de um candidato que promove a adoção de uma linha dura com o Médio Oriente (não surpreenderia ninguém se decidisse empreender alguma cruzada bélica, se chegar a alcançar a presidência), em contra da postura de Francisco, e da posição do Partido Democrata a favor do desarmamento.

Com todos estes ingredientes, as eleições internas norte-americanas não passam despercebidas na Argentina.

“Qualquer perspectiva de análise de uma nova relação bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos neste momento terá que contar com uma razoável dose de futurologia”

BRASIL

Por Emerson Kapaz, conselheiro de Assuntos Públicos na S/A LLORENTE & CUENCA

Qualquer perspectiva de análise de uma nova relação bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos neste momento terá que contar com uma razoável dose de futurologia, já que está em curso o processo de escolha dos candidatos que disputarão em 8 de novembro próximo a presidência da nação mais poderosa do mundo, as chamadas primárias.

Salvo uma grande reviravolta nas próximas 2 semanas e após terem passado pelo teste do “caucus”, a famosa Superterça, que aconteceu no último dia 1º de março, a eleição presidencial terá Hillary Clinton como candidata do partido democrata e Donald Trump como representante dos republicanos. Ambos consolidaram suas candidaturas em 7 dos 11 estados que estavam em disputa. Segundo o cientista político americano Norman Ornstein “a chance de Hillary ser a candidata já é de 90 %, enquanto a certeza de que Donald Trump será o candidato dos Republicanos é de 80 %”.

Trabalhando com a hipótese de uma disputa entre Hillary e Trump, é interessante avaliar uma pesquisa realizada nesta última sexta-feira dia 4 de março sobre como votam os eleitores de Trump. Dos 681 entrevistados, 52 % preferem

Trump para conduzir questões de imigração, seu grande tema, enquanto 64 % dizem achar que ele é o melhor para a economia e o desemprego. Apesar do favoritismo só 1 em cada 4 eleitores acham que Trump tem o temperamento adequado para a Casa Branca, e a pior notícia é de que nenhum dos 3 candidatos que disputam as prévias pelos Republicanos é considerado habilidoso para lidar com o Congresso.

Esses números mostram que a chance de Hillary Clinton ser a próxima presidente americana é muito grande, já que na reta final da disputa, mesmo que hoje as pesquisas entre os 2 não mostre grande diferença, muitos Republicanos acabarão não votando em um homem com teses tão excêntricas como construir um muro na fronteira com o México, podendo até mesmo não comparecer à eleição.

Olhando agora para nosso quintal, o Brasil, as perspectivas do que poderá acontecer nos próximos 2 anos, quando deveremos eleger o próximo presidente, é tão incerta quanto nos próximos 2 meses.

Depois de investigações que desvendaram um dos maiores escândalos de corrupção no mundo, a operação Lava-Jato, comandada pelo Ministério Público e pelo Juiz Sergio Moro, o país passa por um momento muito difícil, mas ao mesmo tempo muito auspicioso, com um saudável fortalecimento

“A partir da eleição em 2003, quando Lula assumiu pela primeira vez o poder no Brasil, foram introduzidas mudanças significativas no padrão de relacionamento com os EUA”

das instituições e a aceleração dos processos e sentenças que tramitam na justiça.

Em que pese a crise econômica que o país enfrenta, uma solução política que possa solucionar o impasse que paralisa o atual Governo, seja pelo impeachment seja pela antecipação das eleições, poderá acelerar muito as decisões necessárias para uma rápida retomada do desenvolvimento. A consequência mais visível deste processo é que a probabilidade de a oposição vencer as eleições e governar o país nos próximos anos deixa de ser uma previsão e passa a ser uma realidade, trazendo consequências importantes para a política externa brasileira.

A política externa do governo Lula/Dilma

A partir da eleição em 2003, quando Lula assumiu pela primeira vez o poder no Brasil, foram introduzidas mudanças significativas no padrão de relacionamento com os EUA, ainda que a retórica diplomática tenha procurado manter a aparência de continuidade. Na verdade, muitas das iniciativas tomadas pelos governos Lulopetistas foram no sentido de consolidar uma orientação dita “anti-hegemônica” na política externa e de constituir organismos de consulta e de coordenação regionais afastados da esfera de influência dos EUA, a começar pela implosão do projeto americano da Alca.

Nesse sentido, o relacionamento passou pelo mesmo ciclo anterior de altos e baixos, com fases de reaproximação seguidas de afastamentos por falta de entendimentos políticos – como no caso da espionagem sobre as comunicações brasileiras feita pela National Security Agency – e por promessas de reativação das relações econômicas e comerciais que nem sempre se traduziram em ações concretas.

O ativismo diplomático marcou o início do governo Lula, confirmando a atenção especial a ser dada pelo seu governo aos países da região, a começar pelo fortalecimento do Mercosul, assim como a alguns grandes países em desenvolvimento. O presidente Lula afirmou, em seu discurso de posse, que procuraria ter com os EUA “uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo”. Celso Amorim, escolhido para ser o ministro das relações exteriores, colocou as relações entre os dois países no patamar julgado adequado, ao buscar a coordenação e o diálogo em todos os terrenos de interesse comum, sem deixar de frisar, porém, as diferenças de posição em torno de pontos concretos (como as negociações comerciais multilaterais e hemisféricas, por exemplo).

O Brasil e o Mercosul passaram a promover mais ativamente a chamada diplomacia Sul-Sul, pretendendo criar uma “nova geografia do comércio mun-

“O relacionamento bilateral Brasil-EUA contou sempre com declarações contínuas de interesse recíproco”

dial”, que se revelou, no entanto, extremamente modesta em seu escopo e alcance geográfico: apenas três modestos acordos de liberalização limitada do comércio, com parceiros não tradicionais – Israel e Palestina – e com a Índia,

Essa postura foi também agravada por desentendimentos persistentes com os EUA no âmbito das negociações comerciais multilaterais da Rodada Doha, que não apenas não foram concluídas durante o mandato originalmente acordado em 2001, como se prolongaram em diversas tentativas frustradas no decorrer dessa década, e se encontram praticamente estagnadas desde o início da presente década.

O relacionamento bilateral Brasil-EUA contou sempre com declarações contínuas de interesse recíproco de parte e outra, mas teve como realidade um afastamento também contínuo ao longo do tempo, bem mais alimentado pelo Brasil do que pelos EUA (que de fato teriam uma “não-percepção do Brasil”).

O desafio da China nos planos global, regional e bilateral, não deixa de colocar novos elementos na agenda bilateral Brasil-EUA, e pode estar criando uma realidade inédita no hemisfério, ainda a ser confirmada pelos fatos e processos nos próximos anos: a de que os dois maiores países do continente precisam manter um nível adequado de entendimento em torno de

questões relevantes nas áreas da segurança estratégica, da estabilidade democrática e do desenvolvimento econômico e social, inclusive para superar décadas, senão séculos, de divisão entre as duas partes do hemisfério.

O Futuro

Um dos principais centros de debate e pesquisa em Washington, a Brookings Institution, declarou recentemente através do seu Diretor para a América Latina, Harold Trinkunas, que políticos democratas tendem a ser mais abertos ao multilateralismo, o que em tese favorece as aspirações do Brasil por mais espaço em organismos e negociações internacionais.

"Essa seria uma diferença importante para o Brasil entre termos de um presidente democrata ou republicano", afirma.

Já o professor de relações internacionais da American University, Matthew Taylor, diz que o partido do presidente americano não tem feito muita diferença nas relações bilaterais.

Ele diz que o republicano George W. Bush se entendia muito bem com Luiz Inácio Lula da Silva, assim como o democrata Bill Clinton mantinha uma boa relação com Fernando Henrique Cardoso.

Segundo Taylor, os laços entre Brasil e Estados Unidos tampouco deverão ser influenciados pelo debate durante a

“Hillary se referiu indiretamente ao Brasil na campanha”

campanhas eleitorais, já que os dois governos geralmente interagem dentro das estruturas burocráticas.

Segundo ele, o avanço dos principais temas discutidos entre Obama e Dilma Rousseff na última viagem da presidente a Washington – como a cooperação em defesa, a facilitação dos vistos e o incremento do comércio – independem do clima político na capital americana.

Para Taylor, "lamentavelmente, as campanhas americanas têm historicamente se preocupado muito pouco com o Brasil, e ainda menos com a América Latina".

Hillary se referiu indiretamente ao Brasil na campanha ao afirmar que "há muito que podemos aprender do sucesso da América Latina em eleger mulheres presidentes". Além do Brasil, na América Latina têm ou já tiveram chefes de Estado mulheres Argentina, Chile, Panamá e Costa Rica.

Em visita ao Brasil em 2010, quando era secretária de Estado do governo Obama, ela criticou a Venezuela e disse que Caracas deveria olhar para o Brasil como exemplo de um país bem-sucedido.

Trump, por sua vez, citou o Brasil na campanha ao listar países que, segundo ele, tiram vantagem dos Estados Unidos. Mas talvez as propostas dele que mais afetem brasileiros sejam as relacionadas à imigração.

Trump defende deportar todos os imigrantes sem documentos. Segundo o governo brasileiro, cerca de 730 mil brasileiros estão nos EUA em situação migratória irregular.

Conclusão

Em uma vitória brasileira da oposição nas próximas eleições, e na hipótese mais provável de uma vitória dos democratas este ano nos Estados Unidos, é possível supor que teremos grandes avanços na política externa brasileira e nas relações bilaterais Brasil x EUA, promovendo uma integração competitiva maior, uma desburocratização da legislação, e reformas internas na política de comércio exterior, eliminando a influência ideológica-partidária que acabou prevalecendo nas últimas décadas.

CHILE

Por Rodrigo Ramírez, diretor de Assuntos Públicos na LLORENTE & CUENCA Chile

Em novembro deste ano, os Estados Unidos realizarão sua 58.^a eleição presidencial. Neste contexto, estão a decorrer as eleições primárias para definir o candidato de cada partido, processo que se realiza gradualmente num estado ou num conjunto de estados. Durante a Superterça, realizada no dia 1 de março em doze estados simultaneamente, através dos seus delegados, emitiram-se as preferências por um dos candidatos republicanos e democratas.

“Os resultados da Superterça visualizam os possíveis cenários que o Chile poderia enfrentar diante de um ou outro candidato que fosse eleito ”

Neste sentido, as implicações destas eleições para o Chile são importantes em função das boas relações que o país mantém com os Estados Unidos, que, além de serem o seu principal parceiro comercial, poderiam indicar sobretudo determinações económicas. Isto deve-se à estimativa de que o futuro dos Tratados de Livre Comércio (TLC) e do Acordo Transpacífico de Cooperação Económica (TPP na sua sigla em inglês) depende do particular enfoque ou da política que algum dos candidatos puder imprimir-lhe. No entanto, é muito pouco provável que, independentemente de quem for o vencedor, este assuma o desafio de reverter o processo já iniciado. Além disso, deve-se ter em conta que gerar consensos com os TLC na América Latina é uma das estratégias relevantes para os Estados Unidos.

Quando se analisam os alcances que estas eleições podem ter para o Chile, um assunto que tem sido amplamente discutido pelos candidatos é o Acordo Transpacífico de Cooperação Económica, o qual enfrenta um cenário de definições importantes e que têm incidência direta nas expectativas nacionais, tanto sob o ponto de vista económico e tecnológico como comercial.

Ao aterrarem as expectativas para o Chile, esperar-se-ia que o candidato eleito se concentrasse em fortalecer a economia local por o Chile exportar, principalmente, para os Estados Unidos cobre e produtos da indústria

alimentar, concentrando-se entre ambas 83% das exportações chilenas para a América do Norte. Ademais, espera-se que se evite uma sobre-regulação que poderia limitar o crescimento. Contudo, as declarações dos candidatos e os seus debates não têm demonstrado uma postura clara do assunto sobre a América Latina e, portanto, até ao momento não se esperam (nem deveriam) gerar-se mudanças significativas para o Chile.

Neste contexto, os resultados da Superterça visualizam os possíveis cenários que o Chile poderia enfrentar diante de um ou outro candidato que fosse eleito.

Se Trump for o próximo presidente dos Estados Unidos, poderá ver-se afetada a boa relação que o Chile tem mantido com a América do Norte, principalmente nas dimensões económicas. Exemplo do anterior é a existente incerteza das políticas que Trump pode adotar relativamente às exportações. Isto considerando que o candidato tem questionado as políticas económicas de exportação e importação da atual administração.

Em termos de intercâmbio comercial, Donald J. Trump tem manifestado rejeição ao TPP, aduzindo que “tem-se negociado de uma maneira horrível que afeta a economia norte-americana, favorecendo o resto à custa dos Estados Unidos”, o que inclui um grau de incerteza não inferior ao estável vínculo

“A China é um importante agente comercial”

de exportações e importações entre ambos os países.

Além disso, mantém-se latente a preocupação pela constante intenção de Trump de “renegociar” os acordos comerciais, procurando favorecer os Estados Unidos e obrigar países como a China e o México a “desvalorizar a moeda”, para assim competir em condições de igualdade. Apesar deste fator possivelmente não afetar diretamente o Chile, a China é um importante agente comercial. De acordo com o estudo realizado pelo Ministério da Economia do Chile em agosto de 2015, 97,2 % das mercadorias chilenas podem entrar no mercado chinês sem taxas alfandegárias, o que representa um total de 7 336 produtos chilenos, equivalentes a 99 % do valor das exportações para a China. Por conseguinte, a desvalorização da sua moeda, o iuane, poderia afetar as exportações chinesas.

Caso Hillary Clinton consiga ser eleita como presidente dos Estados Unidos, vislumbra-se um panorama bastante mais alentador tanto para o Chile como para a região, onde a candidata outorgou um papel estratégico à América Latina (e aos países que a conformam), tópico sobre o qual publicamente tem assinalado que fortalecer os laços que unem os Estados Unidos e a América Latina não só favorecerá a economia americana, como também os fará mais fortes em todo o mundo.

Neste mesmo cenário esperar-se-ia que se mantivessem as boas

relações políticas, económicas e diplomáticas, visto que Clinton continuaria com políticas semelhantes à do atual presidente Barack Obama. Juntamente com ao anterior, as relações pessoais entre a presidente Michelle Bachelet e Hillary Clinton são um sustento para vislumbrar um diálogo diplomático ainda mais frutífero para os interesses de ambos os Estados.

Por último, de acordo com as estimativas analisadas e considerando as propostas de cada candidato, o Chile deveria estar atento aos sinais que o mercado norte-americano está a enviar. Neste contexto, embora o desenvolvimento económico do país não determine exclusivamente o candidato que será eleito nas primárias ou encabeçará a corrida presidencial, será relevante como se fortalecerá a relação entre ambas as nações e se aprofundará a sua relação económica.

COLOMBIA

Por **María Esteve, diretora-geral da LLORENTE & CUENCA Colômbia**

As eleições presidenciais dos Estados Unidos têm sido marcadas por uma situação complexa em matéria de política internacional focada no Oriente Médio, na luta contra o Estado Islâmico e na crise migratória europeia desencadeada pela guerra civil na Síria. Perante este panorama, a América do Sul, particularmente a Colômbia, deixou de ser protagonista

“As posições em
redor dos tratados
de livre comércio
e da economia
internacional geral
dos Estados Unidos
dividem os partidos”

dos debates e das propostas dos candidatos. Ainda sem ocupar um lugar principal na agenda das campanhas, temas como o processo de paz e os tratados de livre comércio são fundamentais para a diplomacia entre ambos os países. Esta é a radiografia dos resultados da Superterça quanto aos assuntos em vigor entre as partes.

Processo de paz

O primeiro mandatário dos colombianos, Juan Manuel Santos, reuniu-se com o Presidente dos Estados Unidos Barack Obama para gerir aproximadamente 450 milhões de dólares para a segunda fase do plano Colômbia, que tem sido denominado “Peace Colombia” e que estará devotado a financiar o pós-conflito. Embora nenhum dos aspirantes que lideram a corrida pela Casa Branca tenha feito referência ao tema, o senador Marco Rubio, terceiro na corrida pela nomeação republicana, disse que “não confia nas FARC e crê que se devem reforçar os apoios militares e de inteligência que se apresentaram até agora”³.

Do lado democrata, pelo contrário, a participação até 2013 de Hilary Clinton na administração Obama, assim como a tendência para uma política exterior mais focada na consecução da paz e da estabilidade, tornam muito mais provável, se houver uma presidência democrata, que se mantenha o apoio ao processo de paz⁴.

Livre comércio

As posições em redor dos tratados de livre comércio e da economia internacional geral dos Estados Unidos dividem os partidos em protecionistas contrários aos acordos internacionais desvantajosos (democratas) e defensores do livre mercado (republicanos). No entanto, dentro destas posturas opostas há diferenças: do lado democrata, Bernie Sanders é muito mais relutante a aceitar este tipo de tratados⁵ que a sua rival Hilary Clinton, com uma opinião mais moderada⁶.

Os republicanos, pelo contrário, são defensores até à morte dos tratados internacionais. Embo-

¹ “El nuevo capítulo del Plan Colombia se llamará Paz Colombia: Obama”. El Espectador. 2016. <http://www.elespectador.com/noticias/politica/el-nuevo-capitulo-del-plan-colombia-se-llamara-paz-colo-articulo-614763>

² “Obama pledges more than \$450 million aid to help Colombia peace plan”. Reuters. 2016. <http://www.reuters.com/article/us-usa-colombia-idUSKCN0VD2XM>

³ “The U.S. and Colombia will lead the Americas forward in the 21st century”. National Review. 2016. <http://www.nationalreview.com/article/430859/marco-rubio-colombia-us-foreign-policy-alliance>

⁴ “¿Qué le esperaría a Colombia si Trump llega a Presidente de EE. UU.?” El Tiempo. 2016. <http://www.eltiempo.com/multimedia/especiales/elecciones-ee-uu-panorama-de-colombia-con-trump-como-presidente/16526091>

⁵ “Bernie Sanders on Free Trade”. On The Issues. 2016. http://www.ontheissues.org/2016/Bernie_Sanders_Free_Trade.htm

⁶ “Hillary Clinton on Free Trade”. On The Issues. 2016. http://www.ontheissues.org/2016/Hillary_Clinton_Free_Trade.htm

“No Equador existe uma importante expectativa em torno ao processo eleitoral dos EUA, que é o maior sócio comercial do país”

ra Donald Trump se tenha desmarcado nalgumas das posições mais tradicionais do partido, os dois candidatos de maior relevo têm manifestado o seu interesse em manter e fortalecer os tratados existentes. Trump tem enfatizado a opinião de que os acordos são mais benéficos para os Estados Unidos ou, pelo contrário, de que se deve revogá-los e aumentar os impostos alfandegários para os produtos importados⁷.

Apesar de geralmente a última palavra à volta do assunto ser dada pelo Congresso, se houver novamente uma maioria republicana, uma vitória de Trump poderá ser contraproducente para o mercado das exportações. Do lado dos democratas as coisas não estão muito melhor, pois uma vitória de Sanders poderia implicar um giro de 180 graus na política económica internacional dos Estados Unidos. Uma vitória de Hillary Clinton seria o cenário mais vantajoso por deixar a situação em termos semelhantes aos que a administração Obama atualmente enfrenta.

Ora, na perspectiva de alguns setores protecionistas colombianos, a eleição de Bernie Sanders e uma maioria democrata no congresso poderia significar uma mudança favorável en-

quanto os setores produtivos colombianos menores e menos competitivos perdem sua força ao rivalizar com mercadorias estrangeiras, e uma revisão dos termos do tratado ou a sua revogatória poderiam ser bem vistas nesse caso^{8,9}.

Em termos gerais, as relações entre a Colômbia e os Estados Unidos sempre foram próximas e giraram em torno de assuntos-chave para os interesses de ambas as nações. Hillary Clinton e Marco Rubio são os mais próximos do país por conhecerem os problemas e os interesses bilaterais, enquanto, do outro lado, Donald Trump emerge como uma figura imprevisível da qual não se podem adiantar maiores conclusões.

EQUADOR

Por Alejandra Rivas, diretora geral da LLORENTE & CUENCA Equador e Verónica Poveda, gerente de contas na LLORENTE & CUENCA Equador

No Equador existe uma importante expectativa em torno ao processo eleitoral dos EUA, que é o maior sócio comercial do país. Embora a balança comercial desta relação seja deficitária para o Equador, os dados (valores consolidados de 2014) indicam que 27,54% das

⁷ “Donald Trump on Free Trade”. On The Issues. 2016. http://www.ontheissues.org/2016/Donald_Trump_Free_Trade.htm

⁸ “TLC con Estados Unidos está arruinando al agro colombiano”. Diario del Huila. 2015. <http://www.diariodelhuila.com/economia/tlc-con-estados-unidos-esta-arruinando-al-agro-colombiano-cdgint20150430075101197>

⁹ “Análisis/ El impacto del TLC con Estados Unidos”. Portafolio. 2015. <http://www.portafolio.co/economia/finanzas/analisis-impacto-tlc-estados-unidos-25332>

“De momento, o Equador desfruta de uma certa tranquilidade e de perspectivas de expansão nos EUA”

exportações não petrolíferas e 58,81% das vendas petrolíferas tiveram como destino essa nação norte-americana, o que representou um total de USD 2 841 674. Não obstante, é importante destacar que as exportações do Equador para os EUA caíram perto de 12% no final de 2015, segundo a informação do Ministério do Comércio Exterior equatoriano.

Por outro lado, também em 2014, as exportações dos EUA para o Equador totalizaram USD 8,4 milhões, segundo dados da Embaixada dos EUA neste país, que salientou que o Equador é um “mercado com um importante potencial para as empresas dos EUA, porque os consumidores equatorianos consideram os produtos norte-americanos atrativos e de grande qualidade”.

De acordo com estes dados, e no contexto dos objetivos que atualmente tem o governo do Equador com o denominado “Cambio de la Matriz Productiva” (mudança da matriz produtiva), destinados a gerar uma maior industrialização das matérias-primas e a oferecer mais valor acrescentado, o mercado norte-americano é crítico e prioritário para os produtos equatorianos, pois existe um grande potencial de crescimento.

De momento, o Equador desfruta de uma certa tranquilidade e de perspectivas de expansão nos EUA, tendo o

Congresso dos EUA renovado, em junho de 2015, as preferências alfandegárias (Sistema Generalizado de Preferências) para o Equador até 31 de dezembro de 2017, o que permite uma maior competitividade dos produtos equatorianos no mercado norte-americano.

Mas para além das relações comerciais, existe um vínculo estreito entre os EUA e o Equador: o Dólar. No ano 2000, o país sul-americano adotou a “dolarização” no meio de uma forte crise económica e inflacionária. Após a decisão do governo da altura, a situação foi-se estabilizando, e o poder aquisitivo da população foi-se mesmo incrementado. Por isso, a aspiração de muitos é que os governos de turno tomem medidas para manter e fortalecer a “dolarização”.

Outro tema que contribui para estreitar as relações entre ambos os países é a questão da migração. Os números do governo do Equador estimam que nos EUA vive mais de um milhão de equatorianos, pelo que as políticas e as condições que se estabeleçam naquele país para a população migrante são fundamentais. Nos últimos anos, o Equador tem vindo a aplicar medidas a favor dos cidadãos que residem fora do território nacional, e também dos estrangeiros que procuram o Equador para viver, pelo que espera medidas recíprocas por parte das nações amigas.

“Como em nenhum outro lugar no mundo, a fronteira entre os Estados Unidos e o México divide e ao mesmo tempo une diferentes culturas”

MÉXICO

Por Guillermo Maynez, diretor sênior de Assuntos Públicos na LLORENTE & CUENCA México

Como em nenhum outro lugar no mundo, a fronteira entre os Estados Unidos e o México divide e ao mesmo tempo une diferentes culturas. Com os anos, esta interação (a fronteira mais frequentemente cruzada do mundo, com mais de 230 000 travessias legais diárias) por sua vez criou sua própria mistura de culturas, mexicano-americano ou “chicano”.

Esta fratura geoestratégica, económica, social, política e cultural é mais que o pivô de uma relação que vai muito para além dos seus problemas imediatos. Inclui a estabilidade a longo prazo e a prosperidade de toda a região da América do Norte, juntamente com o Canadá, bem como o papel desta mesma região e de cada membro individual, relativamente aos grandes enigmas da geopolítica tais como o terrorismo global, o crime global ou a ascensão da China.

Portanto, qualquer eleição presidencial nos Estados Unidos é muito importante para o México; quando há um pré-candidato específico que fez do ódio contra o México um dos seus principais assuntos de campanha, esta relevância aumenta. Quer se queira quer não, o México e os Estados

Unidos precisam um do outro para melhorar a situação do seu espaço geográfico partilhado, assim como para melhorar as condições para o intercâmbio de bens e serviços, de investimentos e do fluxo de pessoas. Várias questões que estão em jogo nesta campanha em particular:

Migração

Trump comprometeu-se a erguer um muro que percorreria toda a fronteira e asseverou que este fosse construído e financiado pelo México. O ponto curioso disto é que, desde a Grande Recessão, o fluxo geral dos mexicanos para os Estados Unidos tem-se desacelerado e os fluxos líquidos tornaram-se inclusivamente negativos à medida que mais pessoas têm ido para o México do que para os Estados Unidos. O número estimado de mexicanos ilegais que vivem nos Estados Unidos diminuiu, de um máximo de 6,9 milhões em 2007, para 5,6 milhões em 2014. Assim, o muro do Sr. Trump basicamente só serviria para reter os mexicanos dos Estados Unidos que querem voltar para casa.

O tráfico de drogas e o crime organizado

Depois de quarenta anos de uma guerra inútil, sangrenta e corrupta contra as drogas, foi dentro dos Estados Unidos que começou a mudar a maré: da maconha (a mais suave das drogas ilegais), a ideia de que

“Agora que o estabelecimento económico dos Estados Unidos está a pensar outra vez na reindustrialização, a cooperação entre o México e os Estados Unidos é essencial”

a proibição de certas drogas tem sido contraproducente está a começar a ganhar espaço na mente dos políticos, com exceção dos mais conservadores. Intimamente relacionada com outra questão delicada é a lavagem de dinheiro, que requer comunicação e cooperação constante.

Trade and investment. Comércio e investimento

Com vinte anos, o TCLAN tem servido a região da América do Norte além das expectativas iniciais e apesar das inevitáveis interrupções provocadas pela atribuição dos recursos produtivos, que na sua maioria prejudicaram as pessoas e as regiões onde Trump consegue a maioria de seus seguidores. Mas o aparecimento da China teve provavelmente muito mais a ver com este fenómeno do que o vizinho do sul. Agora que o estabelecimento económico dos Estados Unidos está a pensar outra vez na reindustrialização, a cooperação entre o México e os Estados Unidos é essencial.

Ambiente e mudanças climáticas

Deve-se fazer muito mais do que festas extravagantes para parar e reverter a degradação do meio ambiente na América do Norte, e os três países participaram diretamente na elaboração de uma

agenda ambiciosa. A reforma energética do México abre novas oportunidades para a produção de combustíveis fósseis num momento desafortunado; o outro lado da moeda é que a significativa queda dos preços do petróleo não beneficia o desenvolvimento de fontes renováveis. A complexa interação entre as necessidades energéticas, as fontes disponíveis e as pressões ambientais, para não falar da situação hidrológica em muitas bacias partilhadas, também exige cooperação a tempo inteiro.

Não há dúvida de que, para o México e, de facto, para toda a América do Norte, a presidência Trump significaria um importante revés. É certo que é mais fácil falar na campanha eleitoral do que pôr em prática as políticas, pelo que o muro fronteiriço é só uma fantasia e o TCL ficará onde está. Mas as agendas partilhadas de ambos os países são complexas e mesmo desafiantes. Portanto, uma presidência Hillary Clinton ofereceria uma política experiente e como ex-secretária de Estado, uma mulher muito mais em contacto com esta agenda e com as suas possíveis soluções do que qualquer outro candidato. A relação não seria fácil, mas os canais de comunicação permaneceriam abertos. E isso é muito mais do que se pode dizer a respeito do senhor Trump.

“O istmo, localizado no extremo sudeste da América Central, tem demonstrado uma histórica importância estratégica para o país do norte”

PANAMÁ

Por Javier Rosado, sócio e diretor geral na LLORENTE & CUENCA Panamá

Microcontexto

A relação entre o Panamá e os Estados Unidos remonta a muitos anos antes da data em que o país centro-americano se transformou em república a 3 de novembro de 1903 graças, precisamente, ao apoio interessado que Washington lhe manifestou durante a presidência de Theodore Roosevelt.

O istmo, localizado no extremo sudeste da América Central, tem demonstrado uma histórica importância estratégica para o país do norte devido à sua posição geográfica, que serve não só como passagem livre entre os dois oceanos, mas também como facilitador da comunicação entre as costas Leste e Oeste dos Estados Unidos.

Após a queda do regime de Manuel Antonio Noriega em dezembro de 1989 em consequência da invasão militar, o Panamá e Washington recompuerem a sua velha relação bilateral, marcada por alguns episódios agrídoces que fizeram inclusivamente com que o istmo, em janeiro de 1964, rompesse as suas ligações diplomáticas com a primeira potência mundial.

A causa dessa desavença não era nova. Uma histórica reivindicação panamenha para recuperar o controlo total do seu território e do Canal do Panamá, uma obra que foi construída e administrada pelos Estados Unidos desde o início do século passado, incentivou um grupo de estudantes do ensino médio a içar, em vão, a bandeira panamenha numa escola em Balboa, área próxima ao canal, nessa época sob jurisdição norte-americana.

O episódio de janeiro de 1964, que teve um saldo trágico de mortos e feridos, marcou o início de negociações entre ambos os países sobre os acordos envolvendo o canal que se concretizaram 13 anos mais tarde com os tratados subscritos pelo general Omar Torrijos Herrera e o presidente americano Jimmy Carter, dia 7 de setembro de 1977.

Torrijos, que chegou ao poder em outubro de 1968 através de um golpe de Estado que desbancou o presidente constitucional Arnulfo Arias Madrid, reconheceu que, apesar das conquistas alcançadas nessas negociações, o Panamá continuaria por baixo do “guarda-chuva” do Pentágono.

Os acordos de Torrijos-Carter estabeleceram um cronograma de saída do exército americano acantonado no Panamá e a devolução das áreas adjacentes

“O Panamá encontra-se na fase final de conclusão dos trabalhos de expansão do centenário do canal”

onde operavam as bases militares, e culminaram na reversão do Panamá para mãos panamenhas a 31 de dezembro de 1999.

O Tratado de Neutralidade do Canal, não obstante, deixou uma fresta que confere aos Estados Unidos o direito e potestade de intervir no istmo para “assegurar que o Canal do Panamá permaneça aberto, neutro, seguro e acessível...”. No Panamá, essa potestade é conhecida como a Reserva Deconcini, em alusão ao senador americano do Partido Democrata Dennis Deconcini (1977-1995), que foi membro do influente Comité de Inteligência do Senado americano. Introduzida no Tratado de Neutralidade, a vigência da citada reserva, que se tem prestado a uma multiplicidade de interpretações, é perpétua.

Eleições nos Estados Unidos, relação e impacto no Panamá

O canal e o TPC: O processo eleitoral no país norte-americano, que culminará em novembro próximo com a escolha do substituto de Barack Obama, aumenta estes meses o ritmo e velocidade. Entretanto, o Panamá encontra-se na fase final de conclusão dos trabalhos de expansão do centenário do canal com o intuito de oferecer serviços a navios que transportem um máximo de 14 mil contentores, uma cifra que triplica a capacidade atual da via, cuja obra de ampliação se iniciou no ano de 2007.

Com o canal ampliado, as finanças panamenhas projetam triplicar numa década os mil milhões de dólares que recebem anualmente por cobrar portagem.

As primeiras declarações públicas de John Feeley, novo embaixador americano no Panamá, oferecem um esboço da visão que o governo americano tem do modelo de relação que procura manter com o istmo centro-americano, quase 20 anos depois da transferência ao Panamá da administração da via aquática.

A ampliação do Canal do Panamá, disse o diplomata, é um complemento para a economia americana, cujos investimentos no país estarão focados na nova rota. “O Panamá está aberto para receber investidores de onde quer que seja e nós vamos continuar a trabalhar com eles para trazer mais investimento americano e vinculá-lo obviamente ao que é a expansão do canal”, disse Feeley minutos depois de apresentar as suas credenciais, em fevereiro passado, ao presidente panamenho Juan Carlos Varela.

As suas pretensões são respaldadas com números. Durante o ano fiscal de 2015, os Estados Unidos transportaram por via aquática panamenha, 162 milhões de toneladas, muito acima dos 48 milhões transportados pela China e dos 29 milhões atribuídos ao Chile. A principal rota registada é entre a China, o Japão e a Coreia do

“As autoridades estimam que o investimento norte-americano acumulado no Panamá ultrapassa os cinco bilhões de dólares americanos”

Sul com a Costa Leste dos Estados Unidos, o principal usuário da beira do canal.

O Panamá, onde o dólar americano é moeda de curso legal desde o primeiro trimestre do século XX, subscreveu no dia 28 de junho de 2007 o Tratado de Promoção Comercial (TPC), negociado pelo ministro de Comércio e Indústria da época, Alejandro Ferrer, que contou com o aval de três governos panamenhos de diferentes partidos políticos que participaram do processo de negociação, aprovação e entrada em vigor do acordo comercial.

Em 2014, sete anos depois da assinatura do TPC, a balança comercial entre o Panamá e os Estados Unidos (excluindo a zona franca de Colón) refletiu um fluxo comercial bilateral que totalizou 3 589 925 664 dólares americanos segundo relatório do Ministério do Comércio e Indústrias panamenho. Durante esse mesmo ano, as exportações de produtos panamenhos para os Estados Unidos totalizaram 157 400 096 dólares enquanto as importações de produtos norte-americanos somaram 3 432 525 568 dólares americanos.

Entre 2012 e 2015, segundo a mesma fonte, estabeleceram-se em Panamá sedes regionais de empresas multinacionais dos Estados Unidos. As autoridades estimam que o investimento norte-americano acumulado no Panamá ultrapassa os cinco

bilhões de dólares americanos. Atualmente, por exemplo, os estaleiros panamenhos beneficiam-se da eliminação, por parte dos Estados Unidos, da sobretaxa de 50 % para a reparação de navios com bandeira norte-americana no Panamá. Tal taxa foi suprimida como resultado da negociação do TPC.

A segurança e o tráfico de drogas: Apesar dos atos de suposta corrupção que salpicam figuras do governo de Ricardo Martinelli (2009-2014), que inclusivamente mantém em prisão preventiva o ministro de Segurança por supostas anomalias na compra de radares, os Estados Unidos dão ao governo passado uma qualificação A+ em matéria de segurança e luta contra o tráfico de estupefacientes.

Em junho de 2015, Jonathan Farrar, no término de sua missão como embaixador dos Estados Unidos no Panamá, disse que, na área de segurança e soberania, a administração de Martinelli fez um bom trabalho ao recuperar o território em Darién, província limítrofe com a Colômbia, que antes estava sob a influência das Farc [Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia] e do crime organizado. “Agora está-se a demonstrar que havia problemas na área da transparência. É muito importante para o país melhorar a transparência e que o sistema jurídico possa funcionar”¹.

¹Diario La Prensa. 5 de junio de 2015

“Por iniciativa dos Estados Unidos, o Panamá instalou o Sistema de Informação Avançada de Passageiros”

Martinelli, que reside nos Estados Unidos desde janeiro de 2015, depois de aludir a suposta perseguição política, foi alvo de 12 denúncias por supostos atos de corrupção no exercício das suas funções públicas, embora apenas em seis delas se tenha iniciado uma investigação formal contra ele. Face ao referido, o embaixador americano da época comentou: “É preciso ver como evoluem as investigações. Se chegar o momento em que o Panamá queira pedir-nos colaboração, há canais muito bem definidos por intermédio da embaixada. Estamos dispostos a colaborar”².

A prudência diplomática talvez encontre uma explicação. No governo de Martinelli, os Estados Unidos apoiaram a iniciativa de instalar bases aeronavais em diferentes pontos do país com o propósito de contribuir para a luta contra o tráfico de drogas que faz do Panamá uma passagem obrigatória para as ruas norte-americanas, e assinou acordos de cooperação em matéria de segurança fronteira e assistência à província de Darién por um montante de pouco mais de 15 milhões de dólares.

Por iniciativa dos Estados Unidos, o Panamá instalou o Sistema de Informação Avançada de Passageiros (APIS, pelas suas siglas em inglês), a fim de intercambiar informações em tempo real que permitam detetar carga e passageiros de

alto risco em e de Tucumen, principal terminal aeroportuário do país, hoje em processo de ampliação das suas instalações.

O atual governo de Varela (2014-2019), que impulsionou as denúncias da suposta corrupção contra os antigos funcionários, nomeou três funcionários, que desempenham funções em três entidades de segurança (Migração, Serviço Nacional de Fronteiras e Serviço Nacional Aeronaval) na administração Martinelli.

De fato, o atual diretor da Polícia Nacional. Omar Pinzón foi designado pelo governo passado como delegado em Washington, antes que Varela o seleccionasse como chefe policial máximo.

Considerações finais

No Panamá parece haver consenso na análise dos efeitos que a eleição de um novo presidente dos Estados Unidos terá no istmo. Independentemente do viés político de quem ocupará a Casa Branca a partir de janeiro de 2017, a política dos Estados Unidos relativamente ao Panamá manter-se-á sem maiores mudanças, uma relação de interesse que se baseia na cooperação em assuntos de segurança e no intercâmbio comercial.

De fato, Bill Clinton, marido da candidata que parece que será nomeada pelo Partido Democrata, visitou o Panamá pelo menos

²Diario La Prensa. 5 de junio de 2015

“O Peru está a atravessar o seu próprio processo eleitoral, estando a menos de um mês das eleições”

três vezes nos últimos dois anos quer como palestrante quer como convidado para a inauguração de uma nova fase do primeiro Parque Eólico do Panamá, onde a Fundação Clinton é um dos investidores. A iniciativa procura reduzir gradualmente a dependência dos combustíveis fósseis. Através da sua Iniciativa Global (CGI, pelas suas siglas em inglês), Clinton, que na sua administração transferiu o canal para mãos panamenhas, apoia o uso das energias renováveis.

Donald Trump, o magnata que lidera a preferência para a nomeação presidencial pelo Partido Republicano, tem interesses no Panamá. Na exclusiva área da capital de Punta Pacífica tem as suas operações o Trump Ocean Club International Hotel & Tower Panamá, um hotel 5 estrelas que na sua inauguração contou com a presença do hoje pré-candidato republicano.

Se as pesquisas nos Estados Unidos mantiverem a sua tendência, no próximo novembro será eleito um presidente entre dois candidatos que mantêm vínculos no istmo centro-americano, uma extensão da histórica relação que teve sua gênese muito antes de 6 de novembro de 1903, data em que os Estados Unidos reconheceram a independência do Panamá, um país que, nas palavras do advogado e escritor panamenho Ovidio Díaz, foi criado por Wall Street³.

³ Díaz Espino. O. (2003). El País creado por Wall Street: La historia no contada de Panamá. Editorial Planeta Colombiano 273 páginas.

Díaz, filho homónimo de um ex-colaborador do falecido general Omar Torrijos, narra no seu livro a história não contada do Panamá, que a criação da república se deu porque a política exterior do presidente Theodore Roosevelt foi sequestrada por um grupo de magnatas financeiros e comerciais americanos, que queria assegurar os lucros que renderia um futuro canal interoceânico, cuja operação começou em agosto de 1914.

PERU

Por José Carlos Antón, diretor sênior na LLORENTE & CUENCA Peru

Devido ao convulsionado cenário político no Peru, os resultados da Superterça têm tido um impacto mais tangencial na discussão nacional. O Peru está a atravessar o seu próprio processo eleitoral, estando a menos de um mês das eleições. Não obstante a presença de candidatos novos nas primárias americanas ter sido uma verdadeira revelação, inclusivamente para um país como o Peru, onde este é um cenário frequente.

No lado democrata, os resultados da Superterça fortaleceram a percepção inicial que apontava Hillary Clinton como representante final do seu partido na corrida presidencial. No entanto, o fenómeno Sanders não passou de todo despercebido, capturando a atenção de alguns setores de esquerda e jovens que veem no seu discurso de

“Durante os últimos anos, o Peru tem vindo a fortalecer as suas relações com o governo americano”

revolução política, a partir de um eixo vertical – os de cima versus os de baixo –, um caso interessante que poderá gerar um novo espaço político no futuro.

No entanto, foi no lado republicano que ocorreu a grande surpresa. O auge de Donald Trump como o nomeado do partido quase inevitável causou impacto na cobertura feita pelos meios de comunicação, embora o foco se mantenha nas eleições peruanas. Com um discurso xenofóbico, contra o establishment e crítico à política económica da administração Obama, Trump conseguiu fascinar um setor do eleitorado americano que vê nas suas propostas uma espécie de relegitimação dos americanos tradicionais (o “Make America Great Again”).

A possibilidade de um governo de Trump convida-nos imediatamente a perguntar o que isso poderá representar. Durante os últimos anos, o Peru tem vindo a fortalecer as suas relações com o governo americano. Além do Tratado de Livre Comércio assinado em 2006, o Peru encontra-se em processo de ratificação da assinatura do Acordo Transpacífico de Cooperação Económica (TPP), o que inclui os Estados Unidos e do qual Trump é um férreo opositor. A isso se acrescentam medidas que já estavam encaminhadas como a possibilidade de isenção de visto para os Estados Unidos, convénios relacionados com a educação e projetos de desenvolvimento que ainda depen-

dem da cooperação americana¹, todos eles incertos quanto ao que poderá acontecer dada a agressiva política anti-imigrante e antitratados impulsionada por Trump.

Não obstante, à margem das especulações sobre o que ocorrerá num eventual governo de Trump, algo que distingue claramente os resultados da última Superterça é a diferença entre os momentos políticos que os Estados Unidos e o Peru atravessam. Enquanto nos Estados Unidos vemos o surgimento de candidatos novos contra o establishment, como Trump e Sanders, apoiados pelas classes trabalhadoras que ainda não viram os benefícios da recuperação económica americana e que veem nestes candidatos uma possibilidade de mudança perante o centro político tradicional, representado por Obama, no Peru a situação é diferente. O país está estagnado, depois de anos de um crescimento económico acima da média; por isso, agora a aposta é num governo moderado que faça primordialmente as mudanças económicas necessárias para promover o investimento e que esteja afastado de posições extremistas que possam representar o retorno a épocas de recessão que mantiveram muitos na pobreza e que ainda estão latentes no imaginário peruano.

¹ Fonte: RPP Noticias. <http://rpp.pe/lima/actualidad/exoneracion-de-visa-a-eeuu-depende-del-peru-afirma-embajador-noticia-832431>

“O impacto da política norte-americana na economia manifesta-se fundamentalmente em três âmbitos: investimentos, remessas e comércio”

REPÚBLICA DOMINICANA

Por Iban Campo, diretor geral na LLORENTE & CUENCA República Dominicana

“Quando os Estados Unidos espirram, a República Dominicana apanha uma pneumonia”. É a maneira popular de a sociedade dominicana explicar a relevância que tem o que acontece no poderoso vizinho do norte, o principal parceiro comercial do país e recetor de mais de um milhão de dominicanos que compõem a maioria dos integrantes da diáspora.

O impacto da política norte-americana na economia manifesta-se fundamentalmente em três âmbitos: investimentos, remessas e comércio. Acrescenta-se a isto a ação da Reserva Federal e a sua gestão das taxas de juros, algo de que o Banco Central da República Dominicana vive dependente, e o comportamento do emprego como elemento que dinamiza ou restringe a economia americana, o que incide no consumo.

A repercussão social dá-se através de programas apoiados especialmente pela Embaixada e pela USAID em espaços como a justiça, a educação e, com ênfase durante a administração Obama, os direitos humanos. As iniciativas para lutar contra o tráfico de drogas e para criar consciência contra a corrupção têm aumentado nos

últimos anos, o que tem gerado controvérsia ao entender-se em ocasiões como intromissão nos assuntos internos do Estado. Também está a ser criado um debate público pelos direitos do LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais), dirigida pela Embaixada.

Em matéria económica, os investimentos estrangeiros de 2010 até setembro de 2015 somaram 13 bilhões e 352 milhões de dólares, dos quais 20 % aproximadamente pertencem aos Estados Unidos, com um montante de 2 milhões e 285 mil dólares somando os 286 milhões de dólares registados até esse mês do ano passado. O montante mais alto verificou-se em 2010: 1 bilhão de dólares, 54 milhões e 500 mil dólares.

No âmbito comercial, de acordo com estatísticas do Departamento de Comércio norte-americano, em 2015 as exportações dominicanas incluídas na zona franca, para esse país ascenderam a 4 bilhões e 660 milhões de dólares, 3,1 % mais do que em 2014. Quanto às importações, a República Dominicana recebeu produtos e serviço num valor de 7 milhões e 134 mil dólares, 9,9 % menos do que um ano antes. A balança comercial continua a ser deficitária. Parte dessa redução deveu-se, no entanto, à redução dos preços do petróleo e não a uma melhoria substancial nas exportações de bens nacionais.

“O que é claro na República Dominicana é que Hillary Clinton é amiga do país”

A economia dominicana tem no dinheiro que envia à diáspora uma das suas três principais vias de rendimento, juntamente com o turismo e as exportações das empresas da zona franca. No ano passado, as remessas do exterior subiram para 4 milhões e 882 mil dólares (equivalentes a 7,5 % do PIB), e 80 % provêm de dominicanos que residem nos Estados Unidos e que ultrapassam um milhão de pessoas, localizados principalmente em Nova York e arredores.

A atenção está agora voltada para o Acordo de Livre Comércio com países do Pacífico, o chamado TPP, o que poderia afetar a chegada, os investimentos e as exportações, especialmente de zonas francas. Por enquanto, nenhum dos pré-candidatos com mais probabilidade de obter a representação dos respetivos partidos para as eleições de outono tem o assunto dentro do seu programa eleitoral.

O que é claro na República Dominicana é que Hillary Clinton é amiga do país, pois tem uma profunda amizade com Frank Ranieri, o empresário turístico que pôs Punta Cana no mapa do turismo mundial, e com família dele. Enquanto isso, Donald Trump fez negócios há cerca de uma década com os proprietários de outro grande projeto que não está a passar por bons momentos: Cap Cana. Não foi uma boa experiência.

Entre a ex-secretária de Estado e o multimilionário homem de negócios, os dominicanos devem inclinar-se a preferir a dama. A sua visão sobre a migração nos seus país permitirá, se continuar com a ideia de Obama, a regularização de dominicanos que hoje vivem com medo de um dia serem capturados e deportados.

Isso não convém ao país, porque o necessário é que os indocumentados se tornem pessoas com documentos que possam inserir-se no mercado de trabalho no qual geram as remessas que religiosamente continuam a enviar para diferentes pontos da geografia nacional. Também se supõe que se dará continuidade ao apoio a programas sociais, energéticos, antidrogas e de segurança dos cidadãos que estão em andamento e cujo futuro poderá não estar assegurado em caso de vitória republicana.

II. IMPLICAÇÕES PARA ESPANHA E PORTUGAL

ESPANHA

Por Joan Navarro, sócio e vice-presidente de assuntos públicos da LLORENTE & CUENCA Espanha

Após o ano de muitas eleições vivido em Espanha, com quatro eleições ao longo do ano, em 2016 vive-se nos Estados Unidos um acontecimento eleitoral de grande intensidade.

“Apesar das enormes diferenças, encontramos algumas semelhanças com estas últimas eleições gerais em Espanha”

Com o fim do mandato de Barack Obama na Casa Branca, os dois partidos que disputam a presidência embarcam num processo de eleição do seu candidato, que faz com que um ano antes das eleições o país se encontre imerso numa empolgante campanha.

As prévias e primárias de ambos os partidos em torno de uma figura têm muito pouco a ver com o sistema eleitoral de Espanha, no qual primam a pujança e a linha do partido político. As equipas da campanha, os voluntários, a procura por financiamento e apoios, os debates entre candidatos de um mesmo partido enfrentando programas muito diferentes e a espetacular cenografia tornam as eleições americanas um grande acontecimento.

Apesar das enormes diferenças, encontramos algumas semelhanças com estas últimas eleições gerais em Espanha. O candidato ganhou um maior protagonismo, a aproximação às pessoas na campanha foi um valor em alta, e os estúdios de televisão transformaram-se em impulsionadores de candidaturas e lugares de trânsito inevitáveis para os representantes de todos os partidos.

É precisamente esta espetacularização da política, tão própria da cultura americana, que começou a infiltrar-se nos processos eleitorais espanhóis, apesar de os sistemas de ambos os países tenham necessidades muito díspares.

Por seu turno, nestas eleições os Estados Unidos parecem estar a apresentar uma particularidade que se está a produzir em diversos países europeus, entre eles a Espanha. Trata-se do que se tem denominado o voto da raiva, o voto de quem não encontrou solução nos sistemas políticos atuais e procura uma alternativa que rompa ou se distancie do passado, que critique as debilidades do sistema e dos partidos tradicionais.

Enquanto na Europa este voto está a ser canalizado para partidos extremistas à direita e à esquerda do espectro ideológico, encabeçados por um líder que representa esta rutura, nos Estados Unidos esse votante descontente vê em Donald Trump a sua melhor opção. A tal ponto que representantes do Partido Republicano, sob cujas siglas se apresentam, observam em Trump um perigoso distanciamento das ideias gerais que definem o partido e um potencial risco para a unidade dos republicanos.

Entre os democratas, a balança parece inclinar-se nestas primeiras fases para Hillary Clinton e, segundo as pesquisas, é ela quem terá mais probabilidades de ganhar as eleições em novembro.

Seja quem for que venha a ser o presidente dos Estados Unidos, este levará a cabo um programa que se irá desenrolar nestes meses e deverá decidir sobre questões que impactarão diretamente a Europa, com indubitáveis repercussões em Espanha.

“Portugal tem demonstrado ser um forte aliado dos Estados Unidos nas últimas décadas”

Tanto as questões sobre imigração como as políticas antiterroristas e sobre zonas em conflito, assim como as decisões de colaboração com a América Latina, são fundamentais para o devir da realidade espanhola nos próximos anos.

Em matéria económica, um dos marcos mais relevantes encontra-se na negociação ainda aberta sobre a Associação Transatlântica sobre Comércio e Investimento (TTIP), um acordo que repercutirá na economia espanhola na redução de barreiras comerciais, na bilateralidade do comércio e nos investimentos. Segundo a concretização final do TTIP, o acordo poderá permitir às empresas espanholas ter acesso a novos mercados, o que representaria maiores exportações e poderia atrair maiores investimentos, o que se traduziria finalmente num aumento do PIB. No entanto, apesar das vantagens, não se pode esquecer certos extremos que poderão prejudicar os interesses espanhóis.

Faltam ainda uns meses para conhecermos o interlocutor nos Estados Unidos, mas o próximo governo espanhol também é uma incógnita. Uma incógnita que acarreta uma incerteza política que pode provocar um impacto negativo na economia e que terminaria na realização de novas eleições no mês de junho de 2016.

Em Espanha poderíamos falar também tal como nos Estados Unidos de um ano 2016 política e

eleitoralmente intenso, no qual se abrem novos cenários cruciais para o futuro de ambos os países.

PORTUGAL

Por Carlos Ruiz, diretor da LLORENTE & CUENCA Portugal

Portugal tem demonstrado ser um forte aliado dos Estados Unidos nas últimas décadas. Entre ambos os países existem relevantes laços históricos, culturais e geoestratégicos que ambos têm sabido proteger e fortalecer. Estes dois países estão unidos geoestrategicamente por uma base militar americana centrada nos Açores. Para os Estados Unidos, que têm uma base situada nas ilhas do Atlântico, oferece um controlo da cobertura, da logística e da distribuição para a Europa e para África. O acordo para a colaboração e defesa existente entre ambos os países também oferece uma oportunidade para aumentar o seu papel no cenário internacional, pelo desdobramento progressivo da influência da NATO em África, onde Portugal tem uma forte influência nos países de língua portuguesa.

As relações políticas limitam-se à ação da União Europeia, dado que Portugal é um aliado histórico dos Estados Unidos no seu diálogo com Bruxelas. Na atualidade, uma questão domina a agenda nas relações UE-Estados Unidos: a TTIP (Associação Transatlântica de Comércio e Investimento). As negociações para chegar a um acordo comercial geraram um forte competi-

“Curiosamente, há consenso nos partidos portugueses, da esquerda à direita, quanto ao candidato em que votariam se fossem cidadãos americanos”

dor, também no plano político. Sem dúvida, quem ocupar a Casa Branca em novembro de 2016 terá a última palavra sobre o conteúdo final da TTIP.

As eleições presidenciais dos Estados Unidos, em geral, são assunto de algumas notícias; contudo, este ano têm sido amplamente cobertas. No caso dos meios de comunicação portugueses sobretudo pela presença de um candidato muito popular: Donald Trump. Por este motivo específico, os principais meios de comunicação mantêm uma estreita vigilância da campanha e dos resultados destas eleições primárias.

O sistema eleitoral na Europa é ligeiramente diferente e não há profundo conhecimento da forma como funciona nos Estados Unidos. Não obstante, podemos afirmar que Hillary Clinton e Donald Trump estão definitivamente a assumir o protagonismo para os portugueses, sendo os candidatos mais populares em geral.

Neste momento, dentro desta Superterça, os meios de comunicação e os políticos estão a centrar-se nestes dois nomes e é bastante evidente que se estão

a inclinar por Hillary (uma tendência para os democratas que foi traçada por Barack desde 2008). Curiosamente, há consenso nos partidos portugueses, da esquerda à direita, quanto ao candidato em que votariam se fossem cidadãos americanos.

Um jornal muito importante, o Expresso, inquiriu os líderes dos grupos parlamentares e ninguém respondeu "Trump". Um total de 33 pessoas, entre elas o presidente e o vice-presidente destes partidos (Partido Socialista, Bloco de Esquerda, Partido Comunista, Os Verdes e PAN - o partido animal - no lado esquerdo; Partido Social Democrata e o CDS à direita), foram muito críticas quanto a Donald Trump e seis resolveram não votar, tendo afirmado que para eles "os dois candidatos são maus" e que "outro ainda pode ganhar nestas eleições primárias". Os delegados restantes elegeram Hillary como a melhor opção para assumir o trono de Obama, quer porque "qualquer coisa menos Trump, um louco", quer porque acreditam nas convicções e nos planos de Hillary e na boa relação que tem com Portugal e com a comunidade portuguesa nos Estados Unidos.

Autores



Erich de la Fuente é sócio e CEO da LLORENTE & CUENCA EUA, empresa de consultadoria líder em gestão de reputação, comunicação e assuntos públicos em Espanha, Portugal e América Latina. Tem um mestrado em estudos latino-americanos pela escola diplomática da Universidade de Georgetown, é formado em relações internacionais pela Universidade Internacional da Florida e está a fazer um doutoramento

em filosofia no programa da Universidade das Nações Unidas - Universidade de Maastricht. Fala espanhol, inglês, português, italiano e russo. Atualmente, lidera as operações da LLORENTE & CUENCA nos Estados Unidos, com sede em Miami. Antes de entrar na empresa, fundou em 2001 a EDF Communications, uma empresa de consultadoria de comunicação estratégica e assuntos públicos. É especializado na elaboração e implementação de estratégias de comunicação empresarial, assuntos públicos, comunicação interna e gestão de crises para clientes empresariais e organizações sem fins lucrativos e é analista político e arquiteto de iniciativas internacionais de anticorrupção e boa governança.

edelafuente@llorentycuenca.com



Ana M. Gamonal é diretora do gabinete em Washington DC de LLORENTE & CUENCA EUA, e possui um Doutoramento pela Universidade de Direito de Miami, e um BA em Ciências Políticas da Universidade Internacional da Florida. Ana acumula mais de 20 anos de experiência de trabalho na imprensa e em relações públicas, assuntos federais e do Congresso e em campanhas de divulgação e gestão de eventos. Trabalhou

ainda como diretora do Departamento de Estado de Assuntos Intergovernamentais dos EUA, onde foi responsável pela supervisão das atividades de divulgação e de ligação com os governos estatais, territoriais e locais, e com numerosas organizações não governamentais regionais e nacionais.

agamonal@llorentycuenca.com

*Os autores reconhecem e agradecem o trabalho de **Khy Manuso** em LLORENTE & CUENCA EUA, pela sua colaboração na elaboração deste relatório.

LLORENTE & CUENCA

DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio Fundador e Presidente
jalloriente@llorenteycuenca.com

Enrique González
Sócio e CFO
egonzalez@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e Diretor Geral Corporativo
de Talento, Organização e Inovação
acorujo@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO ESPANHA E PORTUGAL

Arturo Pinedo
Sócio e Diretor Geral
apinedo@llorenteycuenca.com

Goyo Panadero
Sócio e Diretor Geral
gpanadero@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO AMÉRICA LATINA

Alejandro Romero
Sócio e CEO América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

Luisa García
Sócia e CEO Região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e CFO América Latina
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

RECURSOS HUMANOS

Daniel Moreno
Gerente de RH
para Espanha e Portugal
dmoreno@llorenteycuenca.com

Marjorie Barrientos
Gerente de RH
para Região Andina
mbarrientos@llorenteycuenca.com

Karina Valencia
Gerente de RH
para América do Norte,
Centroamérica e Caraíbas
kvalencia@llorenteycuenca.com

Karina Sanches
Gerente de RH
para Cone Sul
ksanches@llorenteycuenca.com

Cink.

Sergio Cortés
Sócio, Fundador e Presidente
da Cink
scortes@cink.es

Calle Girona, 52 Bajos
08009 Barcelona
Tel. +34 93 348 84 28

ESPAÑA E PORTUGAL

Barcelona

María Cura
Sócia e Diretora Geral
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona
Tel. +34 93 217 22 17

Madrid

Joan Navarro
Sócio e Vice-presidente
de Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e Diretor Sênior
amoratalla@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 - planta 3
28001 Madrid
Tel. +34 91 563 77 22

Ana Folgueira
Diretora Geral
de Impossible Tellers
ana@impossibletellers.com

Impossible Tellers
Diego de León, 22, 3º izq
28006 Madrid
Tel. +34 91 438 42 95

Lisboa

Madalena Martins
Sócia
mmartins@llorenteycuenca.com

Tiago Vidal
Diretor geral
tvidal@llorenteycuenca.com

Carlos Ruiz
Diretor
cruiz@llorenteycuenca.com

Avenida da Liberdade nº225, 5º Esq.
1250-142 Lisboa
Tel. + 351 21 923 97 00

ESTADOS UNIDOS

Miami

Erich de la Fuente
Sócio e Diretor Geral
edelafuente@llorenteycuenca.com

600 Brickell Ave.
Suite 2020
Miami, FL 33131
Tel. +1 786 590 1000

MÉXICO, CENTROAMÉRICA E CARAÍBAS

Cidade do México

Juan Rivera
Sócio e Diretor Geral
jrivera@llorenteycuenca.com

Av. Paseo de la Reforma 412, Piso 14,
Col. Juárez, Del. Cuauhtémoc
CP 06600, Cidade do México
Tel. +52 55 5257 1084

Panamá

Javier Rosado
Sócio e Diretor Geral
jrosado@llorenteycuenca.com

Av. Samuel Lewis
Edificio Omega - piso 6
Tel. +507 206 5200

Santo Domingo

Iban Campo
Diretor Geral
icampo@llorenteycuenca.com

Av. Abraham Lincoln 1069
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Tel. +1 809 6161975

REGIÃO ANDINA

Bogotá

María Esteve
Diretora geral
mesteve@llorenteycuenca.com

Carrera 14, # 94-44. Torre B – of. 501
Tel. +57 1 7438000

Lima

Luisa García
Socia y CEO Región Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro
Tel. +51 1 2229491

Quito

Alejandra Rivas
Diretora geral
arivas@llorenteycuenca.com

Avda. 12 de Octubre N24-528 y
Cordero – Edificio World Trade
Center – Torre B - piso 11
Tel. +593 2 2565820

Santiago de Chile

Claudio Ramírez
Sócio e Gerente Geral
cramirez@llorenteycuenca.com

Magdalena 140, Oficina 1801.
Las Condes.
Tel. +56 22 207 32 00

AMÉRICA DO SUL

Buenos Aires

Pablo Abiad
Sócio e Diretor Geral
pabiad@llorenteycuenca.com

Daniel Valli
Diretor Sênior de Desenvolvimento
de Negócios Cone Sul
dvalli@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP
Tel. +54 11 5556 0700

Rio de Janeiro

Yeray Carretero
Diretor Executivo
ycarretero@llorenteycuenca.com

Rua da Assembleia, 10 - Sala 1801
RJ - 20011-000
Tel. +55 21 3797 6400

São Paulo

Marco Antonio Sabino
Sócio e Presidente Brasil
masabino@llorenteycuenca.com

Juan Carlos Gozzer
Diretor geral
jcozzer@llorenteycuenca.com

Rua Oscar Freire, 379, Cj 111,
Cerqueira César SP - 01426-001
Tel. +55 11 3060 3390



d+i desenvolvendo ideias

LLORENTE & CUENCA

Desenvolvendo Ideias é o Centro de Ideias, Análise e Tendências da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

Desenvolvendo Ideias é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

Desenvolvendo Ideias é um fluxo constante de ideias que adianta os avanços da nova era da informação e da gestão empresarial.

Porque a realidade não é preta ou branca existe

Desenvolvendo Ideias.

www.desenvolvendo-ideias.com

www.revista-uno.com.br